

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Ciência da Informação
Núcleo de Informação Tecnológica e Gerencial NITEG

Luciana Ribeiro Resende

**FONTES DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA:
Uma seleção para estudantes e recém-formados**

Belo Horizonte

2014

Luciana Ribeiro Resende

**FONTES DE INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA:
Uma seleção para estudantes e recém-formados**

Monografia apresentada ao curso de Pós Graduação *Lato Sensu* em Gestão Estratégica da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do certificado de Especialista em Gestão Estratégica da Informação.

Orientadora: Marília de Abreu Martins de Paiva

Belo Horizonte

2014

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ser tão maravilhoso.

À Irmã Benigna, minha intercessora perante Deus.

Agradeço à minha orientadora, Marília Paiva (exemplo de profissional competente) pela orientação precisa e pela paciência em me atender nas minhas dúvidas quanto à execução desse trabalho.

À professora Terezinha Souza, por aceitar participar da banca de avaliação e pelas sugestões.

À Sônia, secretária do NITEG, por me ajudar, resolvendo os trâmites burocráticos.

À minha querida família, principalmente aos meus pais.

A todos que amo.

RESUMO

Estudo das fontes de informação eletrônica em Biblioteconomia, a partir das seguintes categorias: organizações e suas subdivisões, periódicos científicos eletrônicos, teses e dissertações, *e-books*, *blogs* e bases de dados. Identifica e analisa cada uma dessas fontes apresentando suas características para, em seguida, avaliar essas fontes com base em critérios estabelecidos. Conclui com a apresentação de uma listagem das fontes de informação relevantes para o bibliotecário.

Palavras-chave: Fontes de informação especializada. Biblioteconomia. Bibliotecário.

ABSTRACT

Study of the sources of electronic information in Librarianship from the following categories: organizations and their subdivisions, electronic scientific journals, theses and dissertations, e-books, blogs and databases. Identifies and analyzes each of these sources presenting its features, and afterward evaluate them based on established criteria. Concludes with the presentation of a list of relevant sources of information for the librarian.

Keywords: Sources of specialized information. Librarianship. Librarian.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - 2612 :: Profissionais da informação	p.36
Quadro 2 - Descrição sumária da ocupação	p.36
Quadro 3 - Áreas de atividade 2612: profissionais da informação	p.36
Quadro 4 - Cursos de graduação em Biblioteconomia	p.46
Quadro 5 - Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos	p.49
Quadro 6 - Grupos de Trabalho do ENANCIB	p.58
Quadro 7 - Fontes avaliadas e critérios de avaliação	p.76

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABECIN - Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
- ABONG - Associação Brasileira de ONGs
- ALA - *American Library Association*
- ANCIB - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
- BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- BN - Biblioteca Nacional
- BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CBBD - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
- CBBU - Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
- CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
- CFB - Conselho Federal de Biblioteconomia
- CNE - Conselho Nacional de Educação
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- CRB - Conselho Regional de Biblioteconomia
- CT&I - Ciência, Tecnologia e Inovação
- EDA - Escritório de Direitos Autorais
- ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
- ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa da ANCIB
- ENECIN - Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação
- FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
- GT - Grupos de Trabalho
- IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IBSN - *International Blog Serial Number*
- IFLA - *International Federation of Library Associations*
- ISBN - *International Standard Book Number*
- ISSN - *International Standard Serial Number*

MEC - Ministério da Educação

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

ONG - Organização Não Governamental

RABCI - Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação

SNAC - Seminário Nacional de Avaliação Curricular

SNBU - Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias

SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação

SRI - Sistema de Recuperação da Informação

URL - *Uniform Resource Locator*

WWW - *World Wide Web*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 METODOLOGIA	14
3 FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS	16
3.1 ORGANIZAÇÕES	17
3.2 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ELETRÔNICOS	19
3.3 TESES E DISSERTAÇÕES	21
3.4 <i>E-BOOKS</i>	23
3.5 <i>BLOGS</i>	25
3.6 BASES DE DADOS	29
4 O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO	33
5 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO	39
6 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES	44
6.1 ORGANIZAÇÕES	44
6.1.1 EDUCACIONAIS E DE PESQUISA	44
6.1.2 ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS E SOCIEDADES CIENTÍFICAS	49
6.1.3 GOVERNAMENTAIS	60
6.1.4 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	65
6.1.5 ONGs	66
6.2 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ELETRÔNICOS	67
6.3 TESES E DISSERTAÇÕES	69
6.4 LIVROS ELETRÔNICOS (<i>E-BOOKS</i>)	71
6.5 <i>BLOGS</i>	72
6.6 BASES DE DADOS	73
7 AVALIAÇÃO DAS FONTES	76
8 LISTAGEM DAS FONTES DE INFORMAÇÃO PARA FORMANDOS E RECÉM-FORMADOS EM BIBLIOTECONOMIA	79
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	81
ANEXOS	85

1 INTRODUÇÃO

A quantidade crescente de literatura publicada nas diferentes áreas do conhecimento, aliada à especialização inerente ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, torna decisivo o processo de seleção e domínio das informações mais significativas e relevantes constantes dos diversos documentos que caracterizam a estrutura de uma área de estudo.

Assim, a questão de pesquisa que surge é: Como o Bibliotecário pode identificar fontes de informação imprescindíveis durante a sua formação acadêmica e também em seu fazer profissional?

Esse estudo apresenta fontes de informação eletrônica na área de ciência da informação com ênfase em biblioteconomia. Assim, este trabalho vai abordar a importância do uso de fontes de informação eletrônica adequadas, relevantes e confiáveis no início da carreira de profissionais de informação em geral, e, em particular, de bibliotecários. Para o profissional de informação esse aspecto se torna ainda mais sensível, pois ele próprio deve selecionar a informação para outrem, e da mesma forma fazê-lo para si mesmo.

Esse estudo é ele próprio um exercício de pesquisa de uma bibliotecária, analisando fontes de informação de sua própria área. A partir dessa constatação, foram propostos os objetivos especificados a seguir.

Objetivo geral:

Identificar fontes de informação eletrônica especializada em biblioteconomia, que sejam gratuitas, em língua portuguesa e acessíveis pela Internet.

Objetivos específicos:

Fazer uma pré-seleção de *sites* a serem avaliados.

Avaliar as fontes selecionadas.

Listar as fontes mais relevantes que serão resultado da pesquisa.

Justificativa:

A nova realidade trazida pela evolução das tecnologias de informação vai rapidamente moldando uma nova forma de organização e funcionamento da sociedade. As transformações relacionadas aos avanços tecnológicos faz com que seja necessário adaptar a eles e buscar melhorar a eficiência dos serviços relacionados com a identificação, seleção e provimento de informações.

Segundo Mueller (2000) o trabalho do profissional de informação é em grande parte baseado no conhecimento e uso de fontes de informação. No entanto, algumas características afetam bastante o trabalho desse profissional, entre as quais estão: o fenômeno da explosão bibliográfica, a diversificação de formatos de apresentação e divulgação, a eliminação de barreiras no acesso (geográficas, hierárquicas e outras), a aceleração do avanço do conhecimento e conseqüente obsolescência mais rápida das publicações, entre outras.

As fontes de informação são importantes para a compreensão da natureza, da dinâmica de produção e do controle da literatura científica, peculiares a cada um dos diversos tipos de documentos que a compõem. Beckman e Silva¹, citados por Passos e Barros (2009, p. 121), conceituam fontes de informação:

Constituem o lugar de origem, donde a informação adequada é retirada e transmitida ao usuário. Seu conhecimento não é atributo privativo do bibliotecário, porém só este tem obrigação de conhecê-las todas, nas suas características intrínsecas, no seu modo de utilização em relação aos pedidos das diferentes categorias profissionais.

Com relação às categorias de fontes, foram abordadas as organizações, periódicos científicos eletrônicos, teses e dissertações, além de fontes exclusivamente eletrônicas como *e-books*, *blogs* e bases de dados.

Assim, num primeiro momento foram identificadas as fontes de informação existentes e suas principais características. Num segundo momento essas fontes foram avaliadas.

No tocante à avaliação de fontes de informação, é um ponto bastante sensível aos usuários e bibliotecários e se torna ainda mais complexa com as fontes eletrônicas disponíveis na Internet, que devem ser utilizadas com cautela. As selecionadas para uso devem ser filtradas por critérios de avaliação que analisem tanto o conteúdo, quanto a apresentação da informação.

¹ BECKMAN, Clodoaldo; SILVA, Oneide. Fontes de informação. Belém: UFPA, Curso de Biblioteconomia, 1967.

A partir de uma pré-seleção de fontes, feita principalmente a partir de organizações da área, foram aplicados os critérios de avaliação de Tomaél (2004). Tais critérios devem ser específicos para avaliar fontes de informação na Internet, abordando várias facetas possíveis de serem avaliadas - embora nem todas sejam aplicáveis a todos os tipos de fontes de informação.

Como produto desse trabalho é apresentada uma listagem de fontes de informação organizada por categorias e subcategorias (quando houver) contendo o endereço do *site* e uma breve descrição.

2 METODOLOGIA

Este trabalho constitui-se de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Inicialmente foi feita revisão de literatura sobre fontes de informação especializada e também sobre critérios de avaliação dessas fontes caracterizando, nesta etapa, a pesquisa bibliográfica. De acordo com Gil (1994) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, teses e dissertações. Além do conteúdo exposto nesses materiais, a lista das obras consultadas para sua elaboração contribui para conhecer o universo de publicações acerca de um assunto. A pesquisa bibliográfica permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Isto é possível por meio de consulta a bibliotecas especializadas e aos especialistas na área. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Geralmente todos os estudos exigem este tipo de trabalho, porém há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Em seguida, foi feita a pesquisa documental em que foram localizados e analisados os sites. A pesquisa documental, segundo Gil (1994), assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. Além do que, na pesquisa

documental, é necessário que primeiro haja exploração das fontes documentais, que geralmente são em grande número. É importante ressaltar, que foram estudadas apenas as fontes documentais (no caso desta pesquisa, os *sites*) mais relevantes na área de ciência da informação/biblioteconomia.

Procedimentos metodológicos:

Na fase de pesquisa bibliográfica foram consultadas obras (bibliografias especializadas) sobre tais fontes e sobre a escolha (levantamento e seleção) de fontes para pesquisadores e profissionais.

Na fase da pesquisa documental, partindo-se de organizações nacionais da área de Educação, Ciência e Tecnologia e de Biblioteconomia e Ciência da Informação (MEC, CAPES, IBICT, Conselho Federal de Biblioteconomia, Universidades que oferecem o curso de graduação em Biblioteconomia etc.) foram localizados os *sites* e feita uma leitura técnica dos mesmos, buscando identificar não só as próprias características como fontes de informação, como as outras fontes citadas (com links ou não) nesses *sites*. As organizações serão tratadas dentro da categoria em que for didaticamente classificada, conforme se verá no capítulo 3. Eventualmente alguma organização pode se enquadrar em mais de uma categoria, e nesse caso será escolhida a mais interessante no contexto do trabalho.

Em seguida, esses *sites* foram avaliados e as informações relevantes apresentadas no corpo deste trabalho. Na listagem (resultado final) foram apresentados os endereços dos *sites*.

3 FONTES DE INFORMAÇÃO PARA PROFISSIONAIS

Primeiramente, vamos começar pelas diversas definições do termo informação por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 201):

1.1 Registro de um conhecimento que pode ser necessário a uma decisão. A expressão 'registro' inclui não só os documentos tipográficos, mas também os reprográficos, e quaisquer outros suscetíveis de serem armazenados visando sua utilização. 1.2 Informação, na sua definição mais ampla, é uma prova que sustenta ou apóia um fato. 1.3 Registro de um conhecimento para utilização posterior. 1.4 Dados numéricos alfabéticos ou alfanuméricos processados por computador.

Esses mesmos autores, definem informação especializada como “informação reconhecida como útil para determinada área do conhecimento” (p. 203) e ainda informação eletrônica como a “informação que está armazenada em CD-ROM, disco rígido, base de dados ou na Rede. Fica armazenada em suporte eletrônico legível por máquina e pode conter texto, som ou imagem.” (p. 203)

Já em relação à definição de fontes de informação, este conceito é muito amplo e a produção científica é bastante escassa neste aspecto. Arruda (2002, p.99) define fontes de informação como “todos os tipos de meios (suportes) que contêm informações suscetíveis de serem comunicadas.” Araújo (2014, não paginado) define fonte de informação como “qualquer documento, dado ou registro que forneça aos usuários de bibliotecas ou de serviços de informação, informações que possam ser acessadas para responder a certas necessidades”.

Brigidi (2009) sustenta que as fontes de informação estão ligadas a uma necessidade de informação que varia de usuário para usuário e para supri-la

existem fontes específicas a serem utilizadas. A procura por informações é tão diversificada quanto às fontes e aos suportes que as disponibilizam. Segundo Brigidi (2009), atualmente a Internet é considerada o veículo informativo mais utilizado em qualquer parte do mundo por disponibilizar fontes de qualquer natureza. A Internet é, na verdade, o veículo que disponibiliza as fontes de informação e não a fonte em si.

A seguir, serão abordados os tipos de fontes de informação que serão objeto deste trabalho.

3.1 ORGANIZAÇÕES

As organizações são cada vez mais utilizadas como fonte de informação e a sua importância vem sendo sentida na sociedade contemporânea em que vivemos. Campello (2000) diz que o acesso às informações de uma organização pode se dar através dos indivíduos a ela ligados ou dos documentos que ela gera. Algumas organizações têm na divulgação de informações sua própria razão de ser. É o caso de muitas organizações que produzem uma variedade de documentos e serviços que muitas vezes podem ser obtidos gratuitamente.

A seguir apresentamos as principais tipologias de organizações, conforme as categorias apresentadas por Campello (2000):

Educacionais e de pesquisa: Universidades, centros ou institutos de pesquisa, bibliotecas, arquivos, museus e academias podem ser excelentes fontes de

informação, pois produzem um grande volume de documentos técnicos em suas especialidades.

Profissionais: As organizações profissionais são criadas com a finalidade de estimular o aperfeiçoamento de determinada classe profissional. São mantidas através de contribuições dos sócios e não têm fins lucrativos, embora costumem cobrar pelos produtos que oferecem, que consistem geralmente de documentos resultantes de eventos que organizam.

Sociedades científicas: As sociedades científicas têm uma característica que as distingue das associações profissionais, que é o fato de seu foco de interesse ser normalmente uma área do conhecimento e não uma classe profissional.

Governamentais: Também chamada de publicação oficial é qualquer item produzido por meios reprográficos ou outros, editado por uma organização que é um organismo oficial, e disponível para uma audiência mais larga que a daquele organismo.

Organizações internacionais: Uma categoria de organização internacional é aquela que congrega pessoas e entidades particulares de vários países, sendo mantidas por contribuições de seus associados, com a finalidade de promover atividades em determinado setor cujos interesses extrapolam as fronteiras de um país.

ONGs: Organização Não Governamental ou ONG é o termo usado internacionalmente para designar organizações que realizam trabalhos voltados para

o bem público, sem ligação com o Estado e sem compromisso com as políticas oficiais. O termo foi criado na década de 40 pela ONU que reconheceu a importância dessas organizações como representantes da sociedade civil participativa. A democratização da sociedade brasileira na década de 90 reforça o papel das ONGs como promotoras da cidadania e sua busca de articulação com outras instituições que lutam por uma sociedade democrática, ampliando o espaço das pessoas que, cada vez mais, têm interesse em participar das soluções dos problemas coletivos.

3.2 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ELETRÔNICOS

O rápido desenvolvimento da Internet e, em particular, dos serviços disponíveis na Rede, modificaram profundamente o acesso à informação. Mueller (2000) adverte que a comunicação científica vive um período de transição, passando de um sistema de publicação tradicional, bastante rígido, para um sistema eletrônico de publicação mais aberta, direta.

Segundo Mueller (2000), a expressão 'periódicos eletrônicos' designa periódicos aos quais se tem acesso mediante o uso de equipamentos eletrônicos. Podem ser classificados em pelo menos duas categorias, de acordo com o formato em que são divulgados: on-line e em CD-ROM. Os periódicos on-line diferem dos CD-ROMs por estarem disponíveis via Internet, enquanto os CD-ROMs podem ser comprados ou assinados para uso em microcomputadores isolados.

Bastos (2004) complementa dizendo ser o periódico eletrônico aquele que possui artigos com texto integral, disponibilizados via rede e com acesso on-line, e que pode existir ou não em versão impressa ou em qualquer outro tipo de suporte.

Hoje, vários títulos de periódicos científicos passaram a ser publicados na Internet. Enquanto grande número de periódicos impressos migrou para a versão em linha, outros mantiveram os dois formatos e muitos já nasceram em formato eletrônico.

Em relação aos periódicos científicos eletrônicos do tipo on-line, isto é, aqueles disponíveis nas redes eletrônicas, há algumas diferenças de formato entre eles. Alguns mantêm o formato tradicional de um periódico impresso, sendo na verdade apenas uma versão eletrônica do periódico tradicional, enquanto outros apresentam formatos inovadores, sem equivalente em papel, oferecendo muitos recursos, tais como acesso aos documentos citados no texto por meio de links ou elos de hipertextos, links para contato direto com o autor e outras possibilidades de comunicação. Podem incluir som, imagens e movimento.

Mueller (2000) diz que algumas características são bastante comuns entre os periódicos eletrônicos: são um meio de comunicação extremamente versátil e rápido, que permite a divulgação da pesquisa imediatamente após sua conclusão, ignorando barreiras geográficas para acesso (embora dependam de equipamentos e linhas de comunicação eficientes), minimizando barreiras hierárquicas e permitindo a recuperação de informações de várias maneiras.

Outra grande vantagem do periódico eletrônico é a facilidade de acesso em vários locais podendo ser feita por diferentes usuários ao mesmo tempo, além da possibilidade de obter o texto integral direto em seu equipamento eletrônico sem precisar se deslocar. Mas é importante sempre levar em conta o fator de relevância do periódico para a área de estudo.

Lancaster², citado por Bastos (2004, não paginado), divide o desenvolvimento das publicações eletrônicas em quatro etapas:

Na primeira etapa ocorre o uso de computadores para gerar a publicação impressa (processadores de texto, editoração eletrônica);

Na segunda etapa o texto passa a ser distribuído em formato eletrônico, sendo esta versão eletrônica exatamente igual à versão impressa;

Na terceira etapa a publicação eletrônica ainda apresenta o formato da impressa, porém agrega alguns diferenciais, como possibilidade de pesquisa, produção de metadados e serviços de alerta;

Finalmente, na quarta etapa, as publicações são elaboradas já voltadas para o formato eletrônico, explorando realmente todos os seus recursos de hiperlink, hipertexto, som, movimento etc. Após um período inicial em que se acreditava que os recursos eletrônicos não teriam aceitação porque ninguém se interessaria por esse tipo de leitura, a comunidade científica foi surpreendida por uma avalanche de produtos eletrônicos como as bases em texto completo, os periódicos eletrônicos e, mais recentemente, os livros eletrônicos.

Grande parte dos periódicos eletrônicos brasileiros on-line ainda permanece em formatos até a terceira etapa proposta por Lancaster, com baixo uso dos recursos eminentemente eletrônicos.

3.3 TESES E DISSERTAÇÕES

² Citado, mas não referenciado por BASTOS, 2004.

De acordo com Campello (2000), as teses e dissertações são documentos originados das atividades dos cursos de pós-graduação. Esses cursos visam principalmente a capacitar professores para o ensino superior, além de formar pesquisadores e profissionais de alta qualificação em vários níveis. No nível de mestrado, o aluno, para obter o título de mestre, deve, além de completar um curso formal, elaborar uma dissertação consistindo em um trabalho de pesquisa que demonstre sua capacidade de sistematização e domínio do tema e da metodologia científica. Já no nível de doutorado, o aluno deve produzir uma tese que envolva uma revisão bibliográfica adequada, sistematização das informações existentes, planejamento e realização de trabalho necessariamente original. No Brasil, o termo dissertação está associado ao grau ou título de mestre, e o termo tese ao grau de doutor. É importante observar que em outros países os termos são usados de maneira diversa.

Os cursos de mestrado e doutorado também são conhecidos como pós-graduação *Stricto Sensu*. Tradicionalmente, esse tipo de pós-graduação se destina a quem pretende ser professor universitário ou pesquisador. Segundo Silva (2005), o aluno do mestrado deve dominar o conhecimento existente sobre um tema específico. Já o aluno do doutorado deve provar algum ponto de vista que contribua para o avanço do conhecimento de determinada área. E existem os cursos de especialização também chamados pós-graduação *Lato Sensu* ou Profissionalizante. Esses cursos destinam-se às pessoas que querem melhorar seu desempenho profissional e dominar novas tecnologias.

As teses e dissertações (produtos dos cursos de doutorado e mestrado, respectivamente) são fontes relevantes de informação, pois segundo Marcondes (2003) constituem um “mecanismo de transferência e comunicação de conhecimentos e dos resultados da pesquisa científica” e são amplamente avaliadas por docentes qualificados.

Como as publicações eletrônicas vêm aumentando significativamente permitindo uma maior visibilidade, rapidez e facilidade de acesso aos resultados da pesquisa, o IBICT lançou uma base de dados de teses e dissertações capaz de prover acesso unificado aos trabalhos de pós-graduação *Stricto Sensu* brasileiros armazenadas em meio digital.

Marcondes (2003) acredita que, com a maior facilidade para consultar teses e dissertações a partir de um único site e com as facilidades de acesso ao texto completo das teses e dissertações, aumente a visibilidade da produção acadêmica brasileira nacional e internacionalmente e, como consequência, melhore também a qualidade da pesquisa brasileira.

3.4 E-BOOKS

A denominação *e-book* vem do acrônimo de dois termos em inglês *electronic book*. É possível encontrar na literatura vários termos se referindo ao mesmo objeto: livro eletrônico, livro digital, livro virtual, *e-book*, *cyberbook*, *i-book*.

Segundo Dziekaniak (2010), o termo *e-book* tem sido utilizado para designar tanto a máquina de leitura quanto os documentos em formato de livro disponibilizados na Internet. Também diz que é o livro possível de ser transportado e visualizado através de aparelhos e/ou softwares aptos à finalidade da leitura.

Apesar de o computador ser o modo de visualização de *e-books* mais utilizado, existem outras formas de leitura para o documento eletrônico como o *personal digital assistant* (PDA), telefones celulares e até mesmo aparelhos de MP4, que possuem uma tela de cristal líquido para exibição de imagens e ainda reproduzem áudio e vídeo.

Neste trabalho, o termo *e-book* (*Electronic Book*) será utilizado para nomear o livro em formato eletrônico. Ele pode ser baixado via Internet para o computador por meio de download e para o aparelho que permitir a sua leitura fora do computador, possibilitando uma maneira mais simples de disponibilizar um livro para o leitor.

Santos³, citado por Benício (2005) afirma que o usuário-leitor, ao conhecer e utilizar os diversos tipos de suportes (cada um com as suas peculiaridades) vai perceber que são tecnologias diferentes e com propósitos distintos, podendo escolher qual deverá ser o formato de livro mais adequado à sua leitura.

Araújo (2013) ressalta que o formato digital e o tradicional são apenas suportes diferentes para acessar a informação e o conhecimento, um não precisa

³ SANTOS, Ednei dos (Coord). **Ebookcult**. Disponível em: <<http://www.ebookcult.com.br>>.

necessariamente excluir o outro. Podem se complementar em função do mesmo objetivo, satisfazendo a necessidade informacional do usuário.

De acordo com Benício (2005), as atuais tecnologias incorporaram uma nova forma de circular e sistematizar informações e o *e-book* tem se destacado como surpreendente meio de informação possibilitando democratizar o seu acesso a um nível ainda mais alto e de uma maneira nunca antes pensada, uma vez que, muitos livros podem ser acessados com um simples “clique”.

Não existe uma competição entre a versão eletrônica e a impressa do livro, mas um complemento, uma forma não exclui a outra. Assim, independente do gosto e da necessidade de cada leitor, o *e-book* terá lugar garantido na história, pois se caracteriza como mais uma forma de registrar e disseminar a informação.

3.5 BLOGS

A Internet congrega diversas ferramentas e recursos para a divulgação e para o compartilhamento de informações. Entre esses recursos estão os *weblogs* ou *blogs*, que se constituem em espaços para a troca de informações, de idéias e reflexões, favorecendo a interação e a comunicação entre as pessoas. De acordo com Cunha e Cavalcanti (2008), os *blogs* são páginas que contêm textos curtos, organizados segundo a ordem cronológica e atualizados constantemente. Pode incluir ponteiros para hiperligações a sítios importantes, avaliação de sítios, notícias sobre organizações ou pessoas.

Segundo Rodrigues (2008), um fenômeno marcante da Internet nos últimos anos foi o aumento no número de *blogs* mostrando que essa ferramenta veio para ficar. Os *blogs* estão em constante desenvolvimento e, cada vez mais, recebem novos adeptos: os produtores (publicadores) e os usuários (leitores).

Qualquer pessoa pode ter o seu próprio *blog* e expor as suas idéias e pensamentos. Além disso, os *blogs* constituem um ambiente que impulsiona o debate e a troca de conhecimentos. O espaço de liberdade no que diz respeito à troca de idéias parece ser total.

Tomaél (2008) destaca que essas possibilidades somadas às potencialidades da Web 2.0, permitiram aos *blogs* evoluírem para a condição de fonte de informação, pois deixaram de ser considerados de forma restritiva como meros diários pessoais para assumir uma nova função informativa.

A maioria dos *blogs* possui estruturas e formatos padronizados, o que facilita o seu uso. Essa talvez seja uma das razões pelas quais esses recursos vêm sendo crescentemente utilizados pelos diferentes tipos de usuários da web.

Johnson⁴ citado por Recuero (2003) destaca duas importantes características do *blog*. Uma delas é o microconteúdo que são pequenas porções de textos colocadas de cada vez. E a outra é a atualização constante, quase sempre diária. Os *blogs* são geralmente organizados em torno do tempo, sendo que a atualização mais recente

⁴ JOHNSON, Steve. Use the Blog, Luke. Publicado na revista Salon, em 10/05/2002. Disponível em: <<http://www.salon.com/tech/feature/2002/05/10/blogbrain/print.html>>.

aparece sempre no topo do *site*, acompanhada da data e hora da postagem e é denominada de *posts*.

A partir das características dos *posts*, os *blogs* podem ser categorizados. Recuero (2003) classificou os *blogs* em três categorias, sendo que a primeira refere-se aos diários eletrônicos, a segunda às publicações eletrônicas e a terceira às publicações mistas.

Segundo a autora, os diários eletrônicos são os *blogs* atualizados com pensamentos, fatos e ocorrências da vida pessoal de cada indivíduo. O objetivo desta categoria é simplesmente servir como um canal de expressão de seu autor. Já as publicações eletrônicas são os *blogs* que se destinam principalmente à informação. Trazem informações noticiosas, dicas e comentários sobre um determinado assunto, em geral o escopo do *blog*. E finalmente as publicações mistas que são aquelas que envolvem aspectos presentes nas duas primeiras.

Os *blogs* também podem ser classificados a partir da sua forma de elaboração - autoria individual e autoria coletiva. De acordo com Silva (2006), nos *blogs* individuais apenas o criador do *blog* pode postar conteúdos, ficando sob a sua responsabilidade as informações disponibilizadas. Existem espaços específicos para que os visitantes publiquem seus comentários. E os *blogs* coletivos são aqueles em que mais de uma pessoa pode postar suas mensagens. Nesta categoria, o criador/administrador do *blog* tem a opção de controlar ou não quem pode escrever, permitindo que múltiplos autores participem da manutenção do mesmo *site*, motivados por interesses semelhantes.

Outra classificação também apresentada por Silva (2006), diz respeito ao gênero dos *blogs*. A autora destaca os *blogs* temáticos que são desenvolvidos a partir de um tema ou uma área específica. A outra categoria são os *blogs* livres, que não priorizam um tema específico, são formas livres de anotações.

Cada categoria de *blogs* tem características específicas e pode ser utilizada para diferentes finalidades. Silva (2006) destaca três grandes aplicações dos *blogs* - aos negócios e empresas, à educação e ao jornalismo. No ambiente empresarial e de negócios, os *blogs* têm sido adotados como ferramentas corporativas e servem como um canal de comunicação entre clientes internos e externos. Na área educacional e de ensino, os *blogs* são utilizados para complementar a aula tradicional, na troca de informações e interação entre professores e alunos. No jornalismo, os *blogs* também têm ganhado espaço, tanto para a publicação de informações jornalísticas quanto para o debate entre os profissionais e os leitores.

Tomaél (2008) apresenta outra aplicação dos *blogs* referindo-se ao ambiente científico. O status do *blog* como um canal de comunicação informal no processo de discussão da ciência já é fato. Mas, uma vez que os *blogs* exercem a função de mecanismo de produção e divulgação de conteúdos, quando eles são gerenciados/administrados por pesquisadores e membros de instituições acadêmicas e de pesquisa, suas informações acabam por reproduzir o pensamento de uma determinada área. Outro fator relacionado à produção de informação científica relaciona-se à possibilidade de os *blogs* concentrarem e referendarem, por meio de links, publicações e conteúdos reconhecidamente científicos.

Os blogueiros por serem produtores e por publicarem conteúdos na Web, têm se preocupado em conferir certa legitimidade e certificação de proveniência das informações publicadas. Essa preocupação fez com que surgisse o *International Blog Serial Number* (IBSN), um número padronizado para *blogs*, a exemplo de mecanismos normativos tal qual o *International Standard Serial Number* (ISSN) - aplicado às publicações periódicas - e o *International Standard Book Number* (ISBN), utilizado para livros.

O IBSN surgiu em fevereiro de 2006 e pode ser considerado um mecanismo que permite a identificação dos *blogs* como forma de criar uma identidade, uma vez que, diferentemente das publicações tradicionais, sua evolução de conteúdo é constante.

A emissão de números IBSN não segue o mesmo processo dos números ISSN e ISBN. O processo para o requerimento do IBSN é relativamente simples, bastando preencher um formulário com informações relativas ao *blog*. Após o recebimento da sequência numérica que representa a identificação do IBSN, também é possível solicitar o código de barras.

3.6 BASES DE DADOS

Cunha e Cavalcanti (2008, p. 43) definem bases de dados da seguinte maneira:

coleção de valores de dados inter-relacionados de tal natureza que, de acordo com o sistema de gerenciamento de base de dados, os arquivos que contêm os dados podem integrar-se temporariamente em uma única estrutura conectada ou integrar-se somente por ocasião da consulta.

Para Cendón (2000) as bases de dados são recursos informacionais que oferecem muitas formas de se pesquisar, com diversos pontos de acesso, permitindo a busca por palavras-chave que aparecem em qualquer ponto do registro, pelo(s) nome(s) do(s) autor(es), pesquisas mais complexas utilizando-se de lógica booleana, selecionando o período de cobertura, e muitos outros recursos que possibilitam buscas muito específicas e eficientes.

As bases de dados são o cerne dos Sistemas de Recuperação da Informação (SRIs). Existem várias formas de classificá-las. Quanto ao meio de armazenagem, existem bases de dados em linha (acessíveis via Internet) e em CD-ROM.

Segundo Lopes (1991, p. 217) as bases de dados em linha:

São aquelas que fazem uso dos modelos de telecomunicações para fornecer aos usuários acesso, recuperação e disseminação de seus dados armazenados. As bases de dados em linha possibilitam acesso múltiplo de vários usuários em tempo real e se baseiam em sistemas de telecomunicação eficientes para ligar usuários às bases de dados desde os lugares mais remotos aos mais próximos.

De acordo com o tipo de dados aos quais fornecem acesso, Lopes (1991) acata a seguinte classificação: bases de dados referenciais, que contêm referências ou informações secundárias, projetadas para guiar o usuário às fontes primárias de informação; e bases de dados de fontes primárias, que contêm informações primárias, ou dados completos e, portanto, não remetem o usuário a outras fontes para a resposta a uma busca. Estas bases normalmente contêm dados como estatísticas, dados numéricos, bases de dados de texto integral, diagramas, gráficos e dicionários.

Oliveira (2011) categoriza as bases de dados como referenciais ou de fonte. E explica fazendo uma subdivisão dessas bases:

Bases referenciais são bases de dados que incluem referências ou informações secundárias. Subdividem-se em dois tipos: as bases bibliográficas que são versão eletrônica dos periódicos de indexação e resumo, contendo citações bibliográficas e outros campos adicionais; e os catálogos de bibliotecas e as bases de dados produzidas pelas redes de catalogação cooperativa. Usualmente são utilizadas em conexão com pesquisa ou trabalhos acadêmicos.

Diretórios: são bases de dados que contêm dados cadastrais sobre pessoas, instituições, softwares etc.

Bases de dados de fontes incluem a informação completa ou os dados primários. Subdividem-se em quatro tipos: bases de texto completo, que contêm textos completos de um documento (por exemplo, leis, decisões judiciais, artigos, jornais, manuais, relatórios anuais de empresas etc.). Aqui se incluem também as páginas da *World Wide Web*; bases de dicionários, que contêm manuais, dicionários de termos, definições, nomenclatura química, propriedades físicas etc.; bases numéricas, que contêm dados numéricos e séries estatísticas, que podem ser bases de dados em áreas científicas e de negócios e podem incluir dados manipuláveis e serem utilizadas para produção de relatórios, tabelas e gráficos e para sofisticadas análises científicas ou de negócios; e bases de imagens/dados gráficos: contêm, sob a forma gráfica, fórmulas químicas, imagens de logotipo, desenhos ou figuras.

As bases de dados também podem ser classificadas de acordo com a área de conhecimento que cobrem. Podem ser de um mesmo ou diferentes assuntos. Algumas são multidisciplinares, porém limitadas a um único tipo de documento. Outras focalizam uma única área de conhecimento, mas incluem em sua cobertura vários tipos de documentos.

Antes de avaliar as fontes de informação, vamos apresentar a categoria profissional específica para a qual serão avaliadas as fontes de informação nesse trabalho: o bibliotecário. É dele que falaremos no próximo capítulo.

4 O PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO

No Brasil, a prática biblioteconômica é bem antiga, sendo as primeiras bibliotecas brasileiras organizadas pelos jesuítas em seus colégios. Isto aconteceu em meados do século XVI. Já a Biblioteconomia, como área do conhecimento, passou a existir, no Brasil, a partir de 1911, quando foi oficializada a criação do primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil, primeiro também da América do Sul e 3º no mundo. Esse curso começou a funcionar somente em 1915, na Biblioteca Nacional e continuou durante anos até chegar ao atual da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Contudo, no decorrer das décadas seguintes, novos cursos começaram a surgir em outros estados, fato que exigiu maior comprometimento e estudo por parte dos profissionais formados e dos que estavam em processo de formação. Oliveira (2011) ressalta que a busca de uma base teórica sólida, que fosse capaz de explicar o porquê das práticas biblioteconômicas, contribuiu para a consolidação de cursos e departamentos universitários. As décadas de 1950 e 1960 foram marcantes para a área, pois surgiram fortes entidades de classe, como a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), em 1959; a Associação Brasileira de Ensino de Biblioteconomia e Documentação (ABEBD) em 1967, atual Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN); e o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) em 1966. E, ainda, foi aprovado o primeiro Código de Ética da profissão também em 1966.

Na década de 70 a biblioteconomia tomou novo impulso com a criação de seis Cursos de Mestrado, o surgimento de revistas especializadas e a expansão de oportunidades de emprego, principalmente junto aos órgãos federais, bibliotecas especializadas e universitárias. Os Cursos de Doutorado começaram a surgir durante a década de 80. Atualmente a classe bibliotecária encontra-se já consolidada a nível nacional, em processo de reconhecimento cada vez maior pela sociedade e com os seus órgãos de classe atuantes. No presente, segundo o site do MEC, existem 45 cursos de graduação em Biblioteconomia.

Já a regulamentação da profissão se deu mediante a aprovação de vários decretos que culminaram na vigência da Lei nº 4.084 de 1962, que dispõe sobre a profissão de Bibliotecário e regula seu exercício.

Assim, segundo a Lei em questão, o exercício da profissão de Bibliotecário, só será permitido aos portadores de diplomas expedidos por cursos de Biblioteconomia de nível superior, equiparadas ou oficialmente reconhecidas e aos Bibliotecários portadores de diplomas de instituições estrangeiras, que apresentarem revalidação de seus diplomas no Brasil.

A Lei nº 4.084 de 1962, traz no seu art. 6 as seguintes atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia:

a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias e empresas particulares concernentes às matérias e atividades seguintes:

- a) o ensino de Biblioteconomia;
- b) a fiscalização de estabelecimentos de ensino de Biblioteconomia reconhecidos, equiparados ou em vias de equiparação;
- c) administração e direção de bibliotecas;
- d) a organização e direção dos serviços de documentação;

e) a execução dos serviços de classificação e catalogação de manuscritos de livros raros e preciosos, de mapotecas, de publicações oficiais e seriadas, de bibliografia e referência.

Para Oliveira (2011), essa Lei, de certa forma, tende a limitar o exercício profissional do bibliotecário, pois não acompanha as mudanças ocorridas no cenário profissional e não abre possibilidades para o bibliotecário lidar com a informação nos diferentes suportes e contextos (institucionais e sociais) em que a mesma passou a se apresentar.

Andrade (2010) afirma que é preciso ter consciência que dominar ferramentas de acesso e recuperação da informação é condição necessária para o avanço em qualquer área do conhecimento e profissional, apesar da Lei nº 4084 não fazer essa abordagem (mesmo porque ela é do ano de 1962).

Em 2002, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) instituiu a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho.

A versão atual contém as ocupações do mercado brasileiro, organizadas e descritas por famílias. Cada família constitui um conjunto de ocupações similares correspondente a um domínio de trabalho mais amplo que aquele da ocupação.

Nos quadros 1, 2 e 3 são apresentados, respectivamente: a categoria de bibliotecário dentro da categoria profissionais da informação; a descrição sumária das atividades desse profissional; e as áreas de atividade.

Quadro 1 - 2612 :: Profissionais da informação

Títulos
2612-05 - Bibliotecário Biblioteconomista, Bibliógrafo, Cientista de informação, Consultor de informação, Especialista de informação, Gerente de informação, Gestor de informação
2612-10 – Documentalista Analista de documentação, Especialista de documentação, Gerente de documentação, Supervisor de controle de processos documentais, Supervisor de controle documental, Técnico de documentação, Técnico de suporte de documentação
2612-15 – analista de informações (pesquisador de informação em rede) Pesquisador de informações em rede

FONTE - Ministério do trabalho e emprego, CBO, 2002.

Quadro 2 - Descrição sumária da ocupação

Disponibilizam informação em qualquer suporte; gerenciam unidades como bibliotecas, centros de documentação, centros de informação e correlatos, além de redes e sistemas de informação. Tratam tecnicamente e desenvolvem recursos informacionais; disseminam informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento; desenvolvem estudos e pesquisas; realizam difusão cultural; desenvolvem ações educativas. Podem prestar serviços de assessoria e consultoria.

FONTE - Ministério do trabalho e emprego, CBO, 2002.

Quadro 3 - Áreas de atividade 2612: profissionais da informação

Ordem	GAC
A	DISPONIBILIZAR INFORMAÇÃO EM QUALQUER SUPORTE
B	GERENCIAR UNIDADES, REDES E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
C	TRATAR TECNICAMENTE RECURSOS INFORMACIONAIS
D	DESENVOLVER RECURSOS INFORMACIONAIS
E	DISSEMINAR INFORMAÇÃO
F	DESENVOLVER ESTUDOS E PESQUISAS
G	PRESTAR SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA
H	REALIZAR DIFUSÃO CULTURAL
I	DESENVOLVER AÇÕES EDUCATIVAS

FONTE - Ministério do trabalho e emprego, CBO, 2002.

Andrade (2010) enfatiza que o bibliotecário não pode ser mais visto apenas em atividades que exigem conhecimentos de organização de bibliotecas, devendo ser

integrado ao conjunto de profissionais da informação, respondendo a gerência e planejamento de sistemas informacionais, mercado ainda pouco explorado.

É interessante observar que a CBO, mesmo sendo um documento em que seus efeitos sejam apenas de ordem administrativa, contribui para que se ampliem as possibilidades de atuação do bibliotecário.

Outro componente que avança no sentido de mudar a visão restrita que a sociedade brasileira ainda possui acerca da atuação do profissional bibliotecário, é o parecer CNE/CES nº 492/2001, da Lei de Diretrizes e Bases do Ministério da Educação – MEC. Isso porque ao descrever as habilidades específicas de tal profissional, é dito que compete ao mesmo:

Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

No Brasil, Valentim⁵ citado por Oliveira (2011) divide o mercado de trabalho do bibliotecário em três grandes grupos:

Mercado Informacional Tradicional, que se compõe de bibliotecas públicas, universitárias, escolares, especializadas, centros culturais e arquivos;

⁵ VALENTIM, M. L. P. Atuação e perspectivas profissionais para o profissional da informação. In: VALENTIM, M. L. (Org.). *Profissionais da Informação: formação, perfil e atuação profissional*. São Paulo: Polis, 2000. p. 135-152.

Mercado Informacional Existente e Não Ocupado, que inclui editoras, livrarias, empresas privadas, provedores de internet, bancos e bases de dados;

Mercado Informacional de Tendências, que compreende a atuação em centros de informação/documentação em empresas privadas, bancos e bases de dados eletrônicos e digitais, portais de conteúdo e portais de acesso na rede global (internet) e em redes institucionais internas (intranet).

Todos esses campos apresentam possibilidades reais de atuação diretamente associadas à capacidade de gestão de informações, à comunicação e à interdisciplinaridade com outras áreas, tendo na tecnologia uma forte aliada. Assim, a sociedade exige um profissional que saiba lidar com a variedade de suportes, formatos e materiais informacionais para suprir a demanda existente.

No próximo capítulo passaremos aos critérios para avaliação das fontes de informação, para posteriormente fazer a seleção das melhores fontes para apoiar o profissional bibliotecário.

5 CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE FONTES DE INFORMAÇÃO

Atualmente, muitas fontes de informação que antes existiam apenas em formatos impressos estão disponíveis em meios eletrônicos como a Internet. No entanto, a recuperação da informação nem sempre é eficaz.

Buscar e obter informações de interesse do usuário envolve um custo muito alto. Tomaél (2004) entende como custo qualquer elemento necessário para o acesso à informação: tempo, energia, custos de acesso, custos de uso, custos de serviços diferenciados, entre outros.

Tomaél (2004) elaborou um projeto de pesquisa (que foi testado) e desenvolveu critérios para avaliar fontes de informação na rede. Tais critérios formam a base metodológica para o presente trabalho. São dez os itens identificados por Tomaél como critérios para avaliação de fontes de informação, conforme se segue:

a) Informações de Identificação - dados detalhados da pessoa jurídica ou física responsável pelo *site* de forma a identificá-la plenamente: endereço eletrônico (URL) do *site* e da fonte de informação, definindo de forma objetiva a autoria; *e-mail* do *site* (organização que disponibiliza a fonte) diferente do e-mail da fonte de informação; título da fonte de informação claro e preciso, além de informativo; objetivos da fonte informando a que público destina-se; disponibilização de informações adequadas sobre a fonte (apresentação, nota explicativa, informações gerais etc.), descrevendo seu âmbito; e identificação da tipologia da fonte e de sua origem, no caso de tratar-se de evolução de formato impresso.

b) Consistência das Informações - detalhamento e completeza das informações que fornecem: cobertura da fonte, abrangendo informação de toda a área que se propõe; validade do conteúdo, isto é, sua utilidade em relação aos propósitos do usuário final; resumos ou informações complementares como elementos que realmente contribuam para a qualidade; coerência na apresentação do conteúdo informacional; a fonte não pode ser “carregada” a ponto de prejudicar sua consistência ou ao contrário, apenas apresentar informações muito superficiais; oferta de informações filtradas ou com agregação de valor e se a informação é embasada ou somente opinativa; e apresentação de informação original ou apenas fornecimento do endereço para recuperá-la (baseada somente em acesso a *links*).

c) Confiabilidade das Informações - investiga a autoridade ou responsabilidade: dados completos de autoria como mantenedor da fonte, podendo ser pessoa física ou jurídica; autor, pessoa física, reconhecido em sua área de atuação, demonstrando formação/especialização; organização que disponibiliza o *site*, caso o autor da fonte pertença a ela; conteúdo informacional relacionado à área de atuação do autor demonstra relevância; observância de outras informações como: existência de referências bibliográficas dos trabalhos do autor; endereço para contato com o autor; se foi derivada de um formato impresso/origem; e verificação de datas: quando foi produzida; se está atualizada e quando.

d) Adequação da Fonte - tipo de linguagem utilizada e coerência com os objetivos propostos: coerência da linguagem utilizada pela fonte com os seus objetivos e o

público a que se destina; e coerência do *site* onde a fonte estiver localizada com seu propósito ou assunto.

e) *Links*: dividem-se em *links* internos e externos.

Links internos - recursos que complementam as informações da fonte e permitem o acesso às informações e a navegação na própria fonte de informação: clareza para onde conduzem; tipos disponíveis: anexos, ilustrações, informações complementares, outras páginas do *site*; e atualização dos *links*, apontando para páginas ativas.

Links externos - recursos que permitem o acesso às informações e a navegação em outras fontes/*sites*: clareza para onde conduzem; devem apontar apenas para *sites* com informações fidedignas, úteis e apropriadas; tipos disponíveis mais comuns: informações complementares e/ou similares, ilustrações, comércio relacionado, portais temáticos, entre outros; e revisão constante dos *links*, apontando para páginas existentes.

f) Facilidade de Uso - facilidade para explorar/navegar no documento: *links* que possibilitem fácil movimentação página a página, item a item, sem que o usuário perca-se ou confunda-se e que sejam suficientes na fonte, que permitam avançar e retroceder; quantidade de *clics* para acessar a fonte e a informação: da página inicial do site até a fonte o recomendável são até três *clics*, e da fonte à informação o recomendável são de três ou menos *clics*; disponibilidade de recursos de pesquisa na fonte, tais como função de busca, lógica booleana, índice, arranjo e outros; e recursos auxiliares à pesquisa como tesouros, listas, glossários, mapa do *site*/fonte,

guia, ajuda na pesquisa, outros e ainda instruções de uso; e documentação/manuais da fonte de informação para download ou impressão.

g) Layout da Fonte - mídias utilizadas: as mídias utilizadas devem ser interessantes; tipos de mídias utilizadas: imagens fixas ou em movimento e som; a harmonia entre a quantidade de mídias utilizadas nos verbetes ou itens (partes) da fonte é fundamental; coerência entre as várias mídias (texto x som x imagem) de modo que as imagens tenham a função de complementar ou substituir conteúdos e não meramente ilustrar, que tenham pertinência com os propósitos da fonte, que tenham legibilidade (nitidez, tamanho da letra/imagem) e clara identificação das imagens; e na estrutura/apresentação da fonte (layout e arranjo) é importante que haja coerência na utilização de padrões, estética da página, tamanho da letra, cor, que os recursos, como a animação, sirvam a um propósito e não sejam apenas decorativos, que as imagens facilitem a navegação e não a dificultem, que o *design* do menu seja estruturado para facilitar a busca da informação, que a criatividade no uso dos elementos incluídos na página Web contribua para a qualidade, que se evite o *frame*, que limita o uso da fonte (espaço de visualização).

h) Restrições Percebidas - são situações que ocorrem durante o acesso e que podem restringir ou desestimular o uso de uma fonte de informação: pequena quantidade de acessos simultâneos permitida; alto custo de acesso à fonte de informação; mensagens de erro durante a navegação; e direitos autorais impedindo o acesso à informação completa.

i) Suporte ao Usuário - elementos que fornecem auxílio aos usuários e que são importantes no uso da fonte, tais como: contato com o produtor da fonte: endereço ou *e-mail*; e informações de ajuda na interface (*Help*).

j) Outras observações percebidas: recursos que auxiliam o deficiente no uso da fonte; e opção de consulta em outras línguas.

Esses são os critérios utilizados para avaliar as fontes de informação eletrônica neste trabalho.

É importante ressaltar que os critérios defendidos como adequados para a avaliação de fontes de informação na Internet não são definitivos, principalmente por ser a Internet um espaço dinâmico e que exige mudanças devendo ser reestruturados quando necessário.

No próximo capítulo passaremos à identificação e análise das fontes de informação para bibliotecários.

6 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS FONTES

Nessa seção passaremos à identificação e análise das fontes de informação, tendo por base as tipologias de fontes apresentadas no capítulo 3.

6.1 ORGANIZAÇÕES

As organizações das mais diversas tipologias (desde as profissionais até as comerciais) são importantes fontes de informação para os profissionais bibliotecários. Elas serão identificadas, a seguir, a partir de suas subdivisões.

6.1.1 EDUCACIONAIS E DE PESQUISA

Nessa categoria estão os cursos de formação para os bibliotecários, sejam em nível de graduação ou de pós-graduação.

6.1.1.1 Cursos de graduação

A busca foi feita no site do Ministério da Educação (MEC), inicialmente pelo link Instituições Credenciadas. Em seguida, foi consultada a página do e-MEC que oferece as opções por Consulta Interativa, Consulta Textual e Consulta Avançada. A pesquisa foi feita na aba Consulta Avançada, buscar por curso: biblioteconomia, situação: em atividade. As demais opções como unidade federativa, gratuidade do curso, modalidade, grau e índice não foram selecionadas, pois a intenção era recuperar todos os cursos existentes em biblioteconomia e que estivessem em atividade. Foram encontrados 45 cursos como será mostrado adiante no quadro 4 as

seguintes informações: instituição de educação superior onde o curso é ofertado, nome do curso, grau, modalidade, CC (Conceito de Curso), CPC (Conceito Preliminar de Curso), nota do curso no ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes).

Quadro 4 – Cursos de graduação em Biblioteconomia

Instituição(IES)	Nome do Curso	Grau	Modalidade	CC	CPC	ENADE
(1) UFMT	(41673) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	3	2	2
(2) UNB	(146) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	4	4
(4) UFAM	(393) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	3	2	2
(7) UFSCAR	(634) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	4	3
(9) UEL	(755) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	3
(12) FURG	(1042) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	3
(13) UCS	(1187279) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	A Distância	-	-	-
(19) PUC-CAMPINAS	(1636) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	5	SC	3
(43) UDESC	(62426) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	4	4
(55) USP	(2912) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	-	-
(56) UNESP	(3169) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	4	2
(161) UNIFAI	(96167) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	3	2	2
(240) USU	(6117) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	3
(372) FABC	(7933) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	3
(548) UFMA	(11425) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	3	2	2
(569) UFPA	(11987) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	2
(570) UFRN	(18393) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	4	3
(573) UFES	(12827) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	3
(575) UFMG	(12944) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	4	3
(577) UFAL	(20559) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	5	3	3
(579) UFPB	(13396) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	2
(580) UFPE	(13609) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	3
(581) UFRGS	(13730) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	4	5
(583) UFC	(13981) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	2
(584) UFG	(14104) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	2
(585) UFSC	(14216) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	4	3
(662) FAINC	(15234) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	4
(663) UNIVERSO	(1204415) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	A Distância	-	-	-
(693) UNIRIO	(15780) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	2
(693) UNIRIO	(1101761) BIBLIOTECONOMIA	Licenciatura	Presencial	3	-	4
(693) UNIRIO	(1164822) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	-	-
(699) UNIR	(116718) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	-	-
(738) FATEA	(16530) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	3	SC	SC
(756) UESPI	(71031) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	3	3
(918) FCSAC	(120585) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	4	-	-
(1071) IESF	(47125) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	3	1	1
(1233) UNIRONDON	(1108069) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	3	-	-
(1283) IMAPES	(83848) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	4	SC	3
(3983) UNIFORMG	(7053) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	4	2	2
(18759) UFCA	(99342) BIBLIOTECONOMIA	Bacharelado	Presencial	-	-	-
(3) UFS	(116194) BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO	Bacharelado	Presencial	-	SC	SC
(572) UFF	(12685) BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO	Bacharelado	Presencial	-	2	1
(578) UFBA	(13314) BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO	Bacharelado	Presencial	-	3	3
(586) UFRJ	(99321) BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	Bacharelado	Presencial	4	SC	SC
(586) UFRJ	(1125885) BIBLIOTECONOMIA E GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO	Bacharelado	Presencial	-	-	-

Fonte: BRASIL, Ministério da Educação, 2014.

6.1.1.2 Cursos de pós-graduação

Conforme a Tabela das Áreas do conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Biblioteconomia é uma subárea da grande área Ciência da informação⁶. Isso tem um impacto na organização da pós-graduação, estando os conteúdos de Biblioteconomia, em quase sua totalidade, incluído nas linhas de pesquisa de Ciência da Informação, como se verá no quadro 6.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, nos níveis de mestrado e doutorado são avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa avaliação da CAPES é realizada periodicamente e termina com a atribuição, a cada curso ou programa, de um conceito representado por uma nota. De acordo com Campello (2000), o processo de avaliação baseia-se em uma série de critérios que incluem, entre outros, os seguintes aspectos: o impacto das atividades do curso na sociedade, a qualificação e a produção científica do corpo docente, bem como seu reconhecimento em nível internacional e a produção de teses e dissertações. A obtenção de uma boa nota dá ao curso maiores chances de receber as verbas destinadas pelo Governo às atividades de pós-graduação.

Sendo assim, a busca foi feita no site da CAPES pelo link Avaliação da pós-graduação. A avaliação dos programas de pós-graduação compreende a realização do acompanhamento anual e da avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG).

⁶ Conferir em <http://memoria.cnpq.br/areasconhecimento/6.htm>

Os resultados desse processo são expressos pela atribuição de uma nota na escala de “1 a 7”.

As informações por programa de pós-graduação estão organizadas em seis categorias. São elas: dados básicos, dados da avaliação, área de avaliação e área básica do programa, especificação dos cursos do programa que são reconhecidos e recomendados, especificação dos cursos do programa que estão em funcionamento ou estão em projeto, especificação das áreas de concentração de cada curso.

Dentre as opções de busca, esta pode ser feita por área de avaliação, por nota, por região/instituição. Neste trabalho, a busca foi feita por área de avaliação, pois permite conhecer todos os cursos recomendados e reconhecidos em uma determinada área do conhecimento.

A tabela abaixo apresenta os programas e cursos de pós-graduação que obtiveram nota igual ou superior a "3" na avaliação da CAPES e que, portanto, atendem ao requisito básico estabelecido pela legislação vigente para serem reconhecidos pelo Ministério da Educação por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE) e, em decorrência, expedirem diplomas de mestrado e/ou doutorado com validade nacional. Nela são incluídos os programas e cursos cujos atos de reconhecimento ou de renovação de reconhecimento já foram oficializados pelo Ministro da Educação (Cursos reconhecidos) como também aqueles cujas propostas foram recentemente aprovadas pela CAPES e encaminhadas ao CNE para a instrução de seus processos de reconhecimento (Cursos recomendados).

Quadro 5 - Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos

Nota: TODOS					
GRANDE ÁREA: CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS					
ÁREA: CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO					
PROGRAMA	IES	UF	NOTA		
			M	D	F
<u>BIBLIOTECONOMIA</u>	UNIRIO	RJ	-	-	3
<u>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</u>	UFBA	BA	4	4	-
<u>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</u>	UFPB/J.P.	PB	4	4	-
<u>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</u>	UFPE	PE	3	-	-
<u>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</u>	UEL	PR	3	-	-
<u>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</u>	UFF	RJ	4	4	-
<u>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</u>	UFSC	SC	4	4	-
<u>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</u>	USP	SP	5	5	-
<u>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</u>	UNESP/MAR	SP	5	5	-
<u>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - UFRJ - IBICT</u>	UFRJ	RJ	4	4	-
<u>CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO</u>	UNB	DF	5	5	-
<u>CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO</u>	UFMG	MG	5	5	-
<u>GESTÃO DA INFORMAÇÃO</u>	UEL	PR	-	-	3
<u>GESTÃO DA INFORMAÇÃO</u>	UDESC	SC	-	-	3
<u>GESTÃO DE DOCUMENTOS E ARQUIVOS</u>	UNIRIO	RJ	-	-	3

Legenda: M - Mestrado Acadêmico; D – Doutorado; F - Mestrado Profissional; M/D - Mestrado Acadêmico/Doutorado

Fonte: BRASIL, Ministério da Educação, 2014.

6.1.2 ORGANIZAÇÕES PROFISSIONAIS E SOCIEDADES CIENTÍFICAS

Essa categoria de organização é de grande importância para os bibliotecários, por tratar dos assuntos diretamente relacionados à categoria e à área do conhecimento específica.

6.1.2.1 CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia)

O Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) é uma Autarquia Federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Ao CFB, estão vinculados os Conselhos Regionais de Biblioteconomia (CRBs), dotados de personalidade jurídica de direito público, com autonomia patrimonial e financeira.

Os CRBs são divididos por regiões, atualmente quatorze, que respondem ao CFB que é o órgão centralizador.

O objetivo do CFB está explícito no artigo 4º de seu regimento interno que diz:

Art.4º - O CFB tem por finalidade orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da profissão de Bibliotecário em todo território nacional, bem como contribuir para o desenvolvimento biblioteconômico no país.

Já as atribuições dos CRBs, estão explicitadas no artigo 63 do regimento interno do CFB. São as seguintes:

- I - registrar os profissionais, de acordo com a legislação vigente e expedir a carteira de identidade profissional;
- II - examinar reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações, conforme legislação vigente e decidir com recurso para o CFB;
- III - fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à legislação vigente, bem como enviar às autoridades competentes, relatórios documentados sobre fatos que apurarem e cuja solução não seja de sua alçada;
- IV - publicar relatórios anuais dos seus trabalhos e, periodicamente, relação de profissionais registrados, transferidos, cancelados, suspensos, cassados, licenciados e reintegradas;

- V - organizar seu RI, submetendo-o à aprovação do CFB;
- VI - apresentar sugestões ao CFB;
- VII - receber colaboração das Associações de Classe;
- VIII - arrecadar as anuidades, taxas, multas, rendimentos e demais emolumentos, bem como, promover a remessa das cotas ao CFB, de acordo com a legislação vigente;
- IX - realizar o programa anual de atividades elaborado pelo CFB;
- X - eleger um Delegado Eleitor à Assembléia Geral de Delegados Eleitores conforme legislação vigente e disposições deste RI e Resolução específica sobre a matéria.

Podemos dizer que tanto o CFB quanto os CRBs têm como ponto central a fiscalização e o exercício da profissão de Bibliotecário.

Em relação às recomendações salariais, estas ainda carecem de legislação, pois não há instrumento legal estipulando piso salarial para as atividades profissionais do bibliotecário no Brasil. Apenas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo os bibliotecários têm piso (no Rio de Janeiro devido à Lei 6702/2014 sancionada no dia 11 de março de 2014 e em São Paulo por causa da Convenção Coletiva de Trabalho de 1994). Atualmente o que existem, e estão sendo utilizadas, são recomendações de honorários. Os valores das tabelas são sugestões de preço mínimo, sendo de inteira responsabilidade de cada profissional a avaliação do trabalho a ser desenvolvido e a forma de negociação com o cliente, levando-se em conta o seu nível profissional.

O Bacharel em Biblioteconomia, para o exercício de sua profissão, é obrigado a se registrar no Conselho Regional de Biblioteconomia a cuja jurisdição estiver sujeito, ficando obrigado ao pagamento de uma anuidade ao respectivo Conselho Regional de Biblioteconomia. Os CRBs são geridos com recursos vindos da contribuição dos bibliotecários, através do pagamento de anuidades e taxas, sendo que, 25% da arrecadação são enviados ao CFB. O restante é utilizado na administração e

manutenção dos serviços dos CRBs. O exercício profissional sem registro, bem como sem o pagamento da anuidade, implica em caracterização do exercício ilegal da profissão.

No site do CFB, através de um link de acesso rápido, é possível navegar nos CRBs existentes. Segue abaixo a listagem dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia⁷ com sua respectiva jurisdição:

CRB-1 Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal
www.crb1.org.br

CRB-2 Pará, Amapá e Tocantins
www.crb2.org.br

CRB-3 Ceará e Piauí
www.crb3.org.br

CRB-4 Pernambuco e Alagoas
www.crb4.org.br

CRB-5 Bahia e Sergipe
www.crb5.org.br

CRB-6 Minas Gerais e Espírito Santo
www.crb6.org.br

CRB-7 Rio de Janeiro
www.crb7.org.br

CRB-8 São Paulo
www.crb8.org.br

CRB-9 Paraná
www.crb9.org.br

CRB-10 Rio Grande do Sul
www.crb10.org.br

CRB-11 Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia

⁷ Para dados completos, incluindo endereço e email, ver ANEXO C.

www.crb11.org.br

CRB-13 Maranhão
www.crb13.org.br

CRB-14 Santa Catarina
www.crb14.org.br

CRB-15 Paraíba e Rio Grande do Norte
www.crb15.org.br

6.1.2.2 FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições)

A FEBAB foi fundada em 26 de julho de 1959; é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, com prazo de duração indeterminado. Tem como missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão. Tem como objetivos congregar as entidades para tornarem-se membros e instituições filiadas; coordenar e desenvolver atividades que promovam as bibliotecas e seus profissionais; apoiar as atividades de seus filiados e dos profissionais associados; atuar como centro de documentação, memória e informação das atividades de biblioteconomia, ciência da informação e áreas correlatas brasileiras; interagir com as instituições internacionais da área de informação; desenvolver e apoiar projetos na área, visando o aprimoramento das bibliotecas e dos profissionais; contribuir para a criação e desenvolvimento dos trabalhos das comissões e grupos de áreas especializadas de biblioteconomia e ciência da informação.

Desde 1954, a FEBAB é a responsável por promover o Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBBD), um dos principais eventos da categoria.

Através do site da FEBAB recupera-se o histórico do CBBBD e pode-se identificar os temas tratados ao longo das décadas de CBBBDs, conforme listado em seguida:

1º CBBBD (Recife - PE, 1954): Situação atual do leitor brasileiro e Ensino Profissional; Processos Técnicos; Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Infantis e de Escolas Primárias; Bibliotecas Especializadas; Bibliografias, Associações Bibliotecárias e Legislação profissional.

2º CBBBD (Salvador - BA, 1959): Relações entre Editores, Livreiros e Bibliotecários; e Edifícios de Bibliotecas, Cooperação entre Bibliotecários e Arquitetos.

3º CBBBD (Curitiba - PR, 1961): Processos Técnicos; Ensino de Biblioteconomia e Documentação; Profissão de Bibliotecário- Documentalista; Bibliografia e Documentação: Bibliotecas Especializadas; Relações Públicas e Intercâmbio; Tipos de Bibliotecas; e Movimento Associativo de Classe.

4º CBBBD (Fortaleza - CE, 1963): A Educação através da Biblioteca.

5º CBBBD (São Paulo - SP, 1967): A Biblioteca como Fator de Progresso.

6º CBBBD (Belo Horizonte - MG, 1971): Atividades Profissionais; e Planejamento e Instalação.

7º CBBBD (Belém - PA, 1973): Sistema Nacional de Informações Científicas e Tecnológicas.

8º CBBB (Brasília - DF, 1975): Responsabilidade Social das Bibliotecas no plano setorial da educação.

9º CBBB (Porto Alegre - RS, 1977): Integração do Sistema de Informação no Desenvolvimento Nacional; Educação Bibliotecária; e Movimento Associativo.

10º CBBB (Curitiba - PR, 1979): Biblioteconomia Brasileira: avaliação crítica e perspectivas.

11º CBBB (João Pessoa - PB, 1982): Biblioteca e Educação Permanente

12º CBBB (Camboriú - SC, 1983): Informação e Desenvolvimento Nacional; Cultura, Comunicação, Ciência e Tecnologia; e O Homem, o Desenvolvimento.

13º CBBB (Vitória - ES, 1985): Informação no séc. XXI: lacunas presentes e perspectivas; Informação em uma Sociedade Democrática; Influência da problemática econômica no hábito de leitura do indivíduo; A Questão Profissional: a Biblioteconomia e a interface com outras Profissões.

14º CBBB (Recife - PE, 1987): Biblioteca e Democratização da Informação.

15º CBBB (Rio de Janeiro - RJ, 1989): Gerenciamento da Informação.

16º CBBB (Salvador - BA, 1991): Biblioteca e Desenvolvimento Econômico e Social.

17º CBBB (Belo Horizonte - MG, 1994): Transferência de Informações no Limiar do Ano 2000.

18º CBBB (São Luís - MA, 1997): Os Cenários da Biblioteconomia em Face da Globalização da Informação.

19º CBBB (Porto Alegre - RS, 2000): Informação para a Cidadania e o Profissional da Informação do Novo Milênio.

20º CBBB (Fortaleza - CE, 2002): Dimensão Humana, Política e Econômica da Informação.

21º CBBB (Curitiba - PR, 2005): Livro, Leitura e Bibliotecas: exercício da cidadania.

22º CBBB (Brasília - DF, 2007): Igualdade e Diversidade no Acesso à Informação: da Biblioteca Tradicional à Biblioteca Digital.

23º CBBB (Bonito - MS, 2009): Redes de Conhecimento, Acesso à Informação e Gestão Sustentável.

Através do site da FEBAB é possível ter acesso ao link da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU). Essa comissão promove um importante evento que é o Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU). Também é permitido acessar a base BIBES que traz a relação de bibliotecas universitárias de instituições públicas e privadas.

A FEBAB oferece vários cursos EAD (educação a distância) e presenciais. Os cursos são nas seguintes áreas: Gestão, mediação e uso da informação; Informação e tecnologia; Produção e organização da informação.

A FEBAB também é a responsável por publicar o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2) em língua portuguesa. Este código é uma importante obra de referência para o bibliotecário, uma vez que estabelece as regras para as descrições bibliográficas e para a escolha dos pontos de acesso.

6.1.2.3 ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação)

A ANCIB é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em junho de 1989 graças ao esforço de alguns Cursos e Programas de Pós-Graduação da área, admitindo sócios institucionais (os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação) e sócios individuais (professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais egressos dos programas).

Sua finalidade é acompanhar e estimular as atividades de ensino de pós-graduação e de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil. Desde sua criação, tem se projetado, no país e fora dele, como uma instância de representação científica e política importante para o debate das questões pertinentes à área de informação.

As atividades da ANCIB estruturam-se em duas frentes: os Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, que são representados pelos seus coordenadores, e o ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa da ANCIB) fórum de debates e reflexões

que reúne pesquisadores interessados em temas especializados da Ciência da Informação, organizados em Grupos de Trabalho.

Uma das atividades da ANCIB é promover o ENANCIB que já teve periodicidade bienal, mas hoje em dia é realizado anualmente. Esse encontro se constitui em um fórum de debates e reflexões que reúne pesquisadores da Ciência da Informação organizados em Grupos de Trabalho por temas de interesse para a pesquisa. A programação científica do ENANCIB é baseada na apresentação de comunicações orais e posters. Os Grupos de Trabalho são coordenados por especialistas e atualmente se subdividem em 11, a saber:

Quadro 6 - Grupos de Trabalho do ENANCIB

<p>GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação: Aborda Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. Constituição do campo científico e questões epistemológicas e históricas da Ciência da informação e seu objeto de estudo - a informação. Reflexões e discussões sobre a disciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, assim como a construção do conhecimento na área. Coordenadora: Icleia Thiesen (UNIRIO).</p>
<p>GT 2: Organização e Representação do Conhecimento: Aborda Teorias, metodologias e práticas relacionadas à organização e preservação de documentos e da informação, enquanto conhecimento registrado e socializado, em ambiências informacionais tais como: arquivos, museus, bibliotecas e congêneres. Compreende, também, os estudos relacionados aos processos, produtos e instrumentos de representação do conhecimento (aqui incluindo o uso das tecnologias da informação) e as relações inter e transdisciplinares neles verificadas, além de aspectos relacionados às políticas de organização e preservação da memória institucional. Coordenadora: Marisa Bräscher Basílio Medeiros (UFSC).</p>
<p>GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação: Aborda Estudo dos processos e das relações entre mediação, circulação e apropriação de informações, em diferentes contextos e tempos históricos, considerados em sua complexidade, dinamismo e abrangência, bem como relacionados à construção e ao avanço do campo científico da Ciência da Informação, compreendido em dimensões inter e transdisciplinares, envolvendo múltiplos saberes e temáticas, bem como contribuições teórico-metodológicas diversificadas em sua constituição. Coordenador: Marco Antonio de Almeida (USP).</p>
<p>GT 4: Gestão da Informação e do Conhecimento nas Organizações: Aborda Gestão da informação, de sistemas, de unidades, de serviços, de produtos e de recursos informacionais. Estudos de fluxos, processos e uso da informação na perspectiva da gestão. Metodologias de estudos de usuários. Monitoramento ambiental e inteligência competitiva no contexto da Ciência da Informação. Redes organizacionais: estudo, análise e avaliação para a gestão. Gestão do conhecimento e aprendizagem organizacional no contexto da Ciência da Informação. Tecnologias de Informação e comunicação aplicadas à gestão. Coordenadora: Sueli Angélica Amaral (UnB).</p>
<p>GT 5: Política e Economia da Informação: Aborda Políticas de informação e suas expressões em diferentes campos. Sociedade da informação. Informação, Estado e governo. Propriedade intelectual. Acesso à informação. Economia política da informação e da comunicação; produção colaborativa. Informação, conhecimento e inovação. Inclusão informacional e inclusão digital. Ética e Informação. Informação e meio Ambiente. Coordenador: Clovis Montenegro de Lima (IBICT).</p>
<p>GT 6: Informação, Educação e Trabalho: Aborda o Campo de trabalho informacional: atores, cenários, competências e habilidades requeridas. Organização, processos e relações de trabalho em unidades de informação. Sociedade do Conhecimento, tecnologia e trabalho. Saúde, mercado de trabalho e ética nas profissões da informação. Perfis de educação no campo informacional. Formação profissional: limites, campos disciplinares envolvidos, paradigmas educacionais predominantes e estudo comparado de modelos curriculares. O trabalho informacional como campo de pesquisas: abordagens e metodologias. Coordenadora: Miriam Vieira da Cunha (UFSC).</p>
<p>GT 7: Produção e Comunicação da Informação em CT&I: Aborda Medição, mapeamento, diagnóstico e avaliação da informação nos processos de produção, armazenamento, comunicação e uso, em ciência, tecnologia e inovação. Inclui análises e desenvolvimento de métodos e técnicas tais como bibliometria, cientometria, informetria, webometria, análise de</p>

rede e outros, assim como indicadores em CT&I. Coordenadora: Sônia Elisa Caregnato (UFRGS).
GT 8: Informação e Tecnologia: Aborda Estudos e pesquisas teórico-práticos sobre e para o desenvolvimento de tecnologias de informação e comunicação que envolvam os processos de geração, representação, armazenamento, recuperação, disseminação, uso, gestão, segurança e preservação da informação em ambientes digitais. Coordenador: Guilherme Ataíde Dias (UFPB).
GT 9: Museu, Patrimônio e Informação: Aborda Análise das relações entre o Museu (fenômeno cultural), o Patrimônio (valor simbólico) e a Informação (processo), sob múltiplas perspectivas teóricas e práticas de análise. Museu, patrimônio e informação: interações e representações. Patrimônio musealizado: aspectos informacionais e comunicacionais. Coordenadora: Diana Farjala Correia Lima (UNIRIO).
GT 10: Informação e Memória: Aborda Estudos sobre a relação entre os campos de conhecimento da Ciência da Informação e da Memória Social. Pesquisas transdisciplinares que envolvem conceitos, teorias e práticas do binômio 'informação e memória'. Memória coletiva, coleções e colecionismo, discurso e memória. Representações sociais e conhecimento. Articulação entre arte, cultura, tecnologia, informação e memória, através de seus referenciais, na contemporaneidade. Preservação e virtualização da memória social. Coordenador: Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB).
GT 11: Informação e Saúde: Aborda estudos das teorias, métodos, estruturas e processos informacionais, em diferentes contextos da saúde, considerada em sua abrangência e complexidade. Impacto da informação, tecnologias, e inovação em saúde. Informação nas organizações de saúde. Informação, saúde e sociedade. Políticas de informação em saúde. Formação e capacitação em informação em saúde. Coordenador: Jorge Calmon de Almeida Biolchini (IBICT).

Fonte: adaptado do Portal de Eventos da ANCIB

Os Anais do ENANCIB são fruto do que é produzido nesse encontro. Até o momento foram disponibilizados no site 845 trabalhos aprovados correspondentes ao período de 2003 a 2009. Para facilitar a busca, é possível pesquisar pela data do ENANCIB, nome do Grupo de Trabalho, autor e título.

6.1.2.4 ABECIN (Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação)

A ABECIN é uma entidade constituída com a finalidade de assegurar o debate sobre a formação de pessoas comprometidas com a manutenção e a ampliação de um corpo profissional atuante nos campos das práticas da Ciência da Informação.

Há quatro linhas de saberes que são fundamentais ao trabalho da ABECIN:

1 - os saberes dos conteúdos do respectivo campo já existentes e prontos para serem utilizados, transmitidos, adaptados e transformados;

2 - os saberes de como realizar a transposição didática desses conteúdos para a formação das competências, habilidades e atitudes dos profissionais egressos da escola;

3 - os saberes derivados da transposição didática e seu efeito na consolidação dos saberes profissionais nos egressos dos cursos;

4 - os saberes sobre os melhores métodos e técnicas de ensino a serem empregados na formação das habilidades e das atitudes esperadas pelos usuários dos serviços prestados pelos egressos da escola.

A ABECIN disponibiliza em seu site as Diretrizes curriculares para os cursos de biblioteconomia. Neste documento é dito sobre o perfil dos formandos, as competências e habilidades necessárias, os conteúdos curriculares que devem ser ministrados, além de outras abordagens. A íntegra deste documento encontra-se como anexo deste trabalho.

Outro tema muito relevante são os eventos promovidos pela ABECIN. Um deles é o ENECIN (Encontro Nacional de Educação em Ciência da Informação), tem também o Encontro de escolas de biblioteconomia, o SNAC (Seminário Nacional de Avaliação Curricular), dentre outros.

No site da ABECIN podem ser baixados documentos relacionados à educação em biblioteconomia como projeto pedagógico, bases conceituais para avaliação da biblioteconomia, etc. E um *e-book* que será listado no item 6.4.

6.1.3 GOVERNAMENTAIS

As organizações dessa categoria são importantes por estarem ligadas a órgãos oficiais do governo como os ministérios, e oferecerem amplos recursos e suporte ao cidadão e também a profissionais como os bibliotecários.

6.1.3.1 MEC (Ministério da Educação)

No site do MEC é possível encontrar através do link e-MEC todas as instituições de educação superior e cursos cadastrados. Oferece a busca Consulta Interativa, Consulta Textual, Consulta Avançada. É possível localizar cursos por: Categoria Administrativa; Gratuidade do Curso; Modalidade; Organização Acadêmica; Grau; e outras formas de pesquisa além das citadas acima.

Também através do site do MEC podemos saber sobre as modalidades de atos, ou seja, credenciamento, autorização, reconhecimento. Pode-se também acompanhar a avaliação dos cursos.

Os cursos de especialização em nível de pós-graduação *Lato Sensu* presenciais, oferecidos por instituições de ensino superior, independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento e devem atender ao disposto na Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.

Os cursos de pós-graduação *Lato Sensu* a distância podem ser ofertados por instituições de educação superior, desde que possuam credenciamento para educação a distância.

Já os cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* são sujeitos às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento previstas na legislação - Resolução CNE/CES nº 1/2001, alterada pela Resolução CNE/CES nº 24/2002.

Outra fonte de informação é o Mec-legis que apresenta as normas sobre o Ensino Superior no Brasil. A pesquisa no Mec-legis pode ser feita por: Tipo de Norma, Assunto, Ano, Palavra-chave e Busca. Para cada tipo de pesquisa são listadas as respectivas normas da Educação Superior.

6.1.3.2 Biblioteca Nacional

A Biblioteca Nacional (BN) tem como missão captar e preservar o acervo da memória nacional. A evolução tecnológica e as modernas concepções de direito de acesso e de cidadania permitem que a Biblioteca Nacional consiga colocar à disposição dos usuários um número cada vez maior de obras, assumindo, assim, relevante papel na vida cultural do país.

Na página inicial do site da Biblioteca Nacional, tem o link *Serviços a Profissionais* que lista os serviços disponíveis. Entre eles temos:

- Escritório de Direitos Autorais (EDA): é o responsável por fazer o registro de obras intelectuais. Dessa forma, dá ao autor segurança quanto ao direito de criação sobre sua obra. O EDA também recebe o “depósito legal” das obras registradas, contribuindo para a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira.

- Agência Brasileira do ISBN: é um sistema que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os inclusive por edição.

- Consórcio Eletrônico de Bibliotecas: tem como finalidade permitir às bibliotecas conveniadas copiar ou baixar registros bibliográficos, via Internet, das bases de dados da Fundação Biblioteca Nacional. Dessa forma, esse consórcio visa apoiar o desenvolvimento dos projetos de automação bibliográfica no Brasil, permitindo às bibliotecas brasileiras, através do compartilhamento dos recursos de catalogação on-line da Biblioteca Nacional, a formação de bases de dados locais ou de redes de bases regionais.

- Catálogo de Terminologia de Assuntos: o controle da terminologia utilizada nos pontos de acesso de assunto da Biblioteca Nacional é baseado na LCSH "*Library of Congress Subject Headings*", que é uma lista multidisciplinar de assuntos, apresentados em ordem alfabética única, englobando assuntos tópicos, remissivas ver, remissivas ver também e subdivisões. Hoje esta base conta com mais de 30.000 registros e 120.000 remissivas, apresentados tanto em português quanto em inglês.

- Catálogo de Autoridades de Nomes: oferece a busca por autoridades que são todos os autores e assuntos relacionadas a um ou mais registros de materiais. A vantagem de pesquisar por uma autoridade, é que o SophiA lista os registros de autoridades semelhantes, além de apresentar informações complementares de autores e assuntos. As opções de busca são:

Qualquer: busca por qualquer tipo de autoridade

Pessoa: busca por nome de pessoa

Instituição: busca por nome de instituição

Evento: busca por nome de eventos

Título uniforme: busca pelo título mais conhecido de um material

Termo tópico: busca por assuntos

Além dessa possibilidade de busca, o Terminal *Web* do SophiA Biblioteca oferece a Busca Rápida e Busca Combinada. A Busca Rápida é a busca que aparece assim que o Terminal *Web* é aberto. Esse tipo de pesquisa permite uma busca rápida e ampla através dos campos: Palavra-Chave, Título, Autor, Assunto, Editora, ISBN/ISSN, Série ou DGM.

Além da Busca Rápida, é possível realizar a Busca Combinada que permite cruzar termos de uma busca, além de oferecer filtros que facilitam a pesquisa. Na Busca Combinada podemos cruzar os dados da pesquisa através dos campos: Palavra-Chave, Título, Autor, Assunto, Editora, Série ou DGM, com a utilização dos operadores booleanos E, OU e E NÃO.

6.1.3.3 IBICT (*Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia*)

O IBICT tem como missão promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico.

Alguns dos produtos e serviços prestados pelo IBICT são:

- Centro Brasileiro do ISSN sendo que o IBICT é o único membro no Brasil responsável pela atribuição desse código junto aos usuários em geral e editores em particular.

- os repositórios de documentos digitais que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática. No link Repositórios brasileiros é possível ter acesso ao Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação (RABCI).

- coleta automática de registro e disseminação de teses e dissertações que permite a consulta às teses e dissertações através de um único portal sem que o usuário tenha que acessar cada site individualmente (conforme se verá em 6.3).

- o Portal do Livro Aberto que surgiu da necessidade de disponibilizar conteúdo digital para atender às demandas de alunos, pesquisadores e profissionais de informação (conforme se verá em 6.4).

O IBICT também é o responsável por editar a versão portuguesa da CDU (sistema internacional de classificação de documentos amplamente usado por bibliotecários). O IBICT em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) criou o primeiro curso brasileiro de Pós-Doutorado em Ciência da Informação.

6.1.4 ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Este tópico não faz parte do objetivo principal do trabalho que é identificar e analisar os sites que estão em língua portuguesa, mas estas organizações serão apenas citadas por ser importantes no contexto da biblioteconomia.

6.1.4.1 IFLA (*International Federation of Library Associations*)

A IFLA, fundada em 1927, foi uma das primeiras organizações não-governamentais, sem fins lucrativos, a promover a causa dos bibliotecários. Sua função básica é encorajar, patrocinar e promover a cooperação internacional, o debate e a investigação em todos os campos da atividade bibliotecária e a compartilhar suas descobertas com a comunidade bibliotecária como um todo.

6.1.4.2 ALA (*American Library Association*)

A ALA foi fundada em 1876 e estabelece como missão providenciar liderança no desenvolvimento, promoção, e melhoria das bibliotecas e da profissão de bibliotecário, de forma a incrementar a educação e o acesso à informação para todos.

6.1.5 ONGs

Existem muitas ONGs em diversas áreas do conhecimento. Um site para a identificação dessas ONGs é o da ABONG (Associação Brasileira de ONGs). Na área de ciência da informação/biblioteconomia que é o foco deste trabalho, não foram encontrados sites para que fossem analisados.

No entanto, só para efeito de curiosidade, existe a ONG chamada SABIC (Associação dos Amigos das Bibliotecas Comunitárias da Região Metropolitana de Belo Horizonte). Foi fundada em 2005 e trabalha pela ampliação do acesso à leitura e à cultura em diferentes comunidades da Grande BH. A proposta da organização é manter e fortalecer uma rede de bibliotecas comunitárias como forma de potencializar a troca de conhecimentos, a mobilização de recursos e a integração com diferentes agentes da sociedade civil e do poder público.

6.2 PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ELETRÔNICOS

Os periódicos científicos são avaliados pelo Qualis que é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Como resultado, disponibiliza uma lista com a classificação dos veículos utilizados pelos programas de pós-graduação para a divulgação da sua produção.

A estratificação da qualidade dessa produção é realizada de forma indireta. Dessa forma, o Qualis afere a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos.

A classificação de periódicos é realizada pelas áreas de avaliação e passa por processo anual de atualização. Esses veículos são enquadrados em estratos indicativos da qualidade - A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C - com peso zero.

Essa pesquisa foi realizada no site da CAPES/WEBQUALIS. A consulta pode ser realizada por ISSN do Periódico, por Título do Periódico, por Classificação/Área de Avaliação, Lista Completa. Para alcançar os fins desejados neste trabalho, a consulta foi feita por Classificação/Área de Avaliação. Dessa forma, é possível encontrar todos os periódicos em determinada área de conhecimento.

No entanto, o Qualis disponibiliza os periódicos na área de Ciências Sociais Aplicadas, mas não separa as subáreas. Isto quer dizer que a pesquisa retorna todas as subáreas envolvidas como administração, ciências contábeis, educação, comunicação, letras, história, ciência da informação, biblioteconomia, etc.

Então, foi necessário verificar cada resultado⁸ para selecionar apenas os periódicos nacionais (produzidos e editados no Brasil), e eletrônicos relacionados à ciência da informação/biblioteconomia. A seguir, a lista com o número do ISSN, título do periódico e estrato:

1809-4783 Informação & Sociedade **A1**

1981-5344 Perspectivas em Ciência da Informação **A1**

2318-0889 Transinformação **A1**

1809-4775 Biblionline **B1**

1518-8353 Ciência da Informação **B1**

1517-3801 Datagramazero **B1**

1808-5245 Em Questão **B1**

1518-2924 Encontros Bibli **B1**

⁸ Pesquisa realizada em 08/03/14

- 2178-2075 InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação **B1**
- 1981-8920 Informação & Informação **B1**
- 1808-3536 Liinc em Revista **B1**
- 2236-417X Perspectivas em Gestão & Conhecimento **B1**
- 1981-0695 Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia **B1**
- 1981-6766 PontodeAcesso **B1**
- 1980-6949 RBBD. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação **B1**
- 1678-765X Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação **B1**
- 1983-5213 Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação **B1**
- 1983-5116 Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação **B1**
- 1414-0594 Revista ACB **B2**
- 2238-5894 Biblioteca Escolar em Revista **B3**
- 0102-4388 Biblos **B3**
- 2175-2850 RevIU. Revista Informação & Universidade **B3**
- 2237-7115 Bibliotecas Universitárias: Pesquisas, Experiências e Perspectivas **B4**
- 0873-5670 Páginas A & B. Arquivos & Bibliotecas **B4**
- 2237-826X AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento **B5**
- 2317-4390 Informação@Profissões **B5**
- 2237-6658 Múltiplos Olhares em Ciência da Informação **B5**

6.3 TESES E DISSERTAÇÕES

O IBICT implantou a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que tem por objetivo integrar, em um único portal, os sistemas de informação de teses e dissertações existentes no país e disponibilizar para os usuários um catálogo

nacional de teses e dissertações em texto integral, possibilitando uma forma única de busca e acesso a esses documentos.

O IBICT coleta e disponibiliza apenas os metadados (título, autor, resumo, palavra-chave etc) das teses e dissertações, sendo que o documento original permanece na instituição de defesa. Dessa forma, a qualidade dos metadados coletados e o acesso ao documento integral são de inteira responsabilidade da instituição de origem.

Assim, as instituições de ensino e pesquisa atuam como provedores de dados e o IBICT opera como agregador, coletando metadados de teses e dissertações dos provedores, fornecendo serviços de informação sobre esses metadados e expondo-os para serem coletados por outros provedores de serviços.

A BDTD opera em dois níveis de integração. Para instituições que já possuem um repositório de teses e dissertações usando tecnologia própria, o IBICT apóia tecnicamente na implementação do Protocolo OAI-PMH para que opere sobre o repositório local e gere registros de metadados em XML/mtd-br. No caso das instituições que desejam implantar suas bibliotecas digitais e se integrar à BDTD, o IBICT desenvolveu o Sistema TEDE, disponível para download em <http://tedesite.ibict.br>. O sistema gera bibliotecas digitais de teses e dissertações institucionais. É distribuído pelo IBICT, gratuitamente, em um pacote contendo o Sistema TEDE, a metodologia de implantação, os manuais operacionais e de usuário, a documentação e treinamento.

A ferramenta de Busca permite ao usuário consultar o repositório BDTD para realizar buscas simples ou avançadas, recuperando resultados resumidos ou detalhados e ter acesso ao repositório de origem da tese ou dissertação para leitura, impressão ou download do arquivo. Na busca avançada, é possível procurar por autor, resumo, título, assunto, contribuidor, instituição de defesa, país, grau, idioma, ano de defesa.

Outra forma de se pesquisar, mais morosa, porém com atualização mais frequente são as Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações, disponíveis em muitas das universidades que oferecem pós-graduação *Stricto Sensu* em Ciência da Informação.

6.4 LIVROS ELETRÔNICOS (*E-BOOKS*)

Apesar dos *e-books* ainda serem recentes, algumas instituições já dão importância a esse novo formato de publicação. O IBICT lançou o Portal do Livro Aberto que tem por objetivo reunir, divulgar e preservar as publicações oficiais em ciência, tecnologia e inovação. Os temas são variados, mas a área de Ciência da Informação é contemplada, pois reúne o saber e o fazer do IBICT.

Assegurando os direitos de autoria, o Portal visa contribuir para dar visibilidade à publicação oficial brasileira, conforme os preceitos do Manifesto de Acesso Aberto do IBICT, com vista à democratização do acesso à informação pública.

No Portal do Livro Aberto em CT&I, a navegação oferece diferentes possibilidades permitindo que a busca seja feita nos campos: Temas & Coleções, Título, Autor,

Data de publicação, Assunto, Instituição editora. Ainda é possível navegar por tipo de documento podendo ser: Documento de congresso, Documento de referência, Documento informativo, Documento técnico, Estudo diagnóstico, Livro, Manual, Relatório de pesquisa.

Na lista de Temas & Coleções presentes no Portal do Livro Aberto em CT&I, se fizermos a escolha pelo tema Ciência da Informação e tipo de documento Livro, a pesquisa apresenta como resultado 21 *e-books* específicos da área de Ciência da Informação, disponíveis para serem baixados gratuitamente.

Outra instituição que vem obtendo interesse em *e-books* é a CAPES. No seu *site*, por meio do link Buscar base, é possível fazer a busca por Área do Conhecimento e suas Subáreas. A busca foi realizada na Área do Conhecimento “Ciências Sociais Aplicadas” e Subárea “Ciência da Informação”. Um dos resultados da busca foi a base “Programa de Publicações Digitais da Propp (UNESP)” que oferece o tipo de material “Livros”. Clicando no *link* dessa base, é possível fazer *download* dos *e-books* gratuitamente. Para isto, basta fazer um cadastro simples.

E finalmente no site da ABECIN também oferece, no momento, um *e-book* na área de tratamento da informação.

6.5 BLOGS

Neste item, apenas os *blogs* das instituições pesquisadas nos outros tópicos deste trabalho serão analisados e avaliados. Sendo assim, das instituições apresentadas, possuem *blog*: a Biblioteca Nacional, o CRB6 e o CRB10.

O *blog* da Biblioteca Nacional traz alguns links externos, posts recentes e muitas *tags* soltas que dão acesso ao conteúdo do site. Já o *blog* do CRB6 é mais estruturado, de forma que apresenta comentários, tópicos recentes, a divisão dos assuntos em categorias e os arquivos de cada mês. E por fim, o *blog* do CRB10 que mostra os últimos posts e os arquivos com o que já foi publicado no *blog*.

Por outro lado, grande parte das organizações identificadas nesse trabalho já possui um perfil corporativo (*fan page*) na rede social *Facebook*. Por meio desses perfis as organizações mantêm atualizados os seus “seguidores”. Também foi observada a existência de outras ferramentas como *Twitter* e *You Tube*.

6.6 BASES DE DADOS

Uma importante base de dados na área abordada neste trabalho é a BRAPCI (Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação). Nesta base são identificados os títulos de periódicos da área de Ciência da Informação e indexados seus artigos, constituindo-se a base de dados referenciais. Segundo o site da BRAPCI, atualmente são disponibilizadas referências e resumos de 8303 textos publicados em 37 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de Ciência da Informação. Deste total de periódicos, 26 estão ativos e 11 são históricos. Os títulos de periódicos que constam na base são os seguintes: Arquivística.net,

Arquivo & Administração, AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento, Biblionline, BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Brazilian Journal of Information Science, Cadernos de Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação & Informação, DataGramaZero, Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação, ETD - Educação Temática Digital, InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Inclusão Social, Infociência, Informação & Informação, Informação & Sociedade: Estudos, Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Liinc em revista, Perspectivas em Ciência da Informação, Perspectivas em Gestão & Conhecimento, Ponto de Acesso, Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Revista de Biblioteconomia & Comunicação, Revista de Biblioteconomia de Brasília, Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação, Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Revista Eletrônica Informação e Cognição, Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação, Revista Latinoamericana de Documentacion, Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins, Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Transinformação.

A página inicial oferece o tipo de pesquisa que se deseja fazer, podendo ser nos seguintes campos: palavras-chave, título, resumo, autor, todos. Também na página inicial são oferecidas outras modalidades de pesquisa através da nuvem de Tags com os termos mais consultados e a nuvem de Tags com os termos que foram mais

utilizados nos artigos de 2008 até 2012. A BRAPCI diz ser uma base de dados referencial, mas é possível o acesso ao artigo completo pelo link do site.

7 AVALIAÇÃO DAS FONTES

Quadro 7: Fontes avaliadas e critérios de avaliação

Fonte/Critérios	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CFB	AT	AP	AP	AT	AT	AP	AP	AT	AP	NA
FEBAB	AT	AT	AT	AT	AT	AP	AP	AT	AP	NA
ANCIB	AT	AT	AT	AT	AT	AP	AP	AT	AP	NA
ABECIN	AT	AT	AP	AT	AT	AP	AP	AT	AP	NA
MEC	AT	AT	AT	AT	AT	AT	AT	AT	AT	AP
Biblioteca Nacional	AT	AT	AT	AT	AT	AP	AP	AT	AT	AP
IBICT	AT	AT	AT	AT	AT	AP	AP	AT	AT	AP
CAPES	AT	AT	AT	AT	AT	AT	AP	AT	AT	AP
Blog da BN	AP	AT	AT	AT	AT	AT	AP	AT	NA	NA
Blog do CRB6	AT	AT	AT	AT	AT	AT	AP	AT	NA	NA
Blog do CRB10	AP	AT	AP	AT	AT	AP	AP	AT	NA	NA
BRAPCI	AT	AT	AT	AT	AT	AP	AP	AT	AP	NA

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda (critérios):

1. Informações de Identificação
2. Consistência das Informações
3. Confiabilidade das Informações
4. Adequação da Fonte
5. Links
6. Facilidade de Uso
7. Layout da Fonte

8. Restrições Percebidas
9. Suporte ao Usuário
10. Outras observações percebidas

Legenda (avaliação):

- AT** = Atende totalmente
AP = Atende parcialmente
NA = Não atende
NSA = Não se aplica

Comentários do resultado da avaliação:

O critério nº 1, no caso do *blog* da Biblioteca Nacional e *blog* do CRB10, atendeu parcialmente, pois alguns subcritérios como uma explicação sobre o objetivo e âmbito de atuação do *site* não estavam disponíveis; os outros subcritérios foram atendidos. Já as demais fontes analisadas atendeu totalmente este critério.

No critério nº 2, o CFB poderia trazer informações mais detalhadas e completas. Por exemplo, em relação às leis, uma vez que tem um tópico sobre esse assunto, poderia abranger toda a legislação referente à biblioteconomia. Note que lá não encontramos o Decreto nº 84.631 de 09/04/80 que institui o Dia do Bibliotecário. As outras fontes analisadas atendeu totalmente este critério.

No critério nº 3, a fonte CFB disponibiliza alguns *slides*, porém estão desatualizados. Por exemplo, o que traz os endereços dos CRBs e a sua respectiva jurisdição. A ABECIN também não mantém algumas informações atualizadas, por exemplo, em relação aos encontros. E o *blog* do CRB10 se isenta de responsabilidade sobre as divulgações em seu *blog*. Já as demais fontes analisadas atendeu totalmente este critério.

O critério nº 4 foi atendido totalmente por todas as fontes analisadas por apresentar adequação do tipo de linguagem utilizada e coerência com os objetivos propostos.

O critério nº 5, também foi atendido totalmente por todas as fontes analisadas, pois apresentam *links*, tanto internos quanto externos, que permitem o acesso às informações e a navegação na própria fonte ou em outras fontes.

Em relação ao critério nº 6, que não foi atendido na maioria das fontes, a falha foi principalmente pelo fato do *site* não trazer recursos auxiliares à pesquisa, por exemplo, o mapa do *site*. Em outra situação verificada, o *site* não disponibilizava recursos de pesquisa na fonte. Mas, o de maior problema nesse critério, foram os *sites* da ANCIB e do CRB10 em que os *links* externos não abrem em outra página, e sim na atual fazendo com que o usuário muitas vezes se perca.

O critério de nº 7 (com exceção do *site* do MEC que atendeu totalmente) foi atendido parcialmente por todas as outras instituições. Isso porque esse critério trata das mídias utilizadas como texto, som e vídeo. Mas, essa variedade de recursos não foi utilizada. No entanto, isso não quer dizer que o *layout* da fonte seja ruim.

O critério nº 8 foi atendido totalmente por todas as fontes analisadas por não terem sido observadas nenhuma restrição quanto ao uso do *site*.

No critério de nº 9, alguns *sites* não apresentaram o menu de ajuda e, em alguns casos, nem o contato com o produtor da fonte.

E no critério nº 10, a maioria dos *sites* não apresentaram uma preocupação em atender o usuário com necessidades especiais, por exemplo, em relação ao tamanho da letra, outros recursos disponíveis como voz, etc.

8 LISTAGEM DAS FONTES DE INFORMAÇÃO PARA FORMANDOS E RECÉM-FORMADOS EM BIBLIOTECONOMIA

8.1 Organizações

8.1.1 Educacionais e de pesquisa

8.1.1.1 Cursos de graduação: <http://emec.mec.gov.br/>

8.1.1.2 Cursos de pós-graduação: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/cursos-recomendados-e-reconhecidos>

8.1.2 Organizações profissionais e sociedades científicas

8.1.2.1 CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia): <http://www.cfb.org.br/>

8.1.2.2 FEBAB (Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições): <http://www.febab.org.br/>

8.1.2.3 ANCIB (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação): <http://www.ancib.org.br/>

8.1.2.4 ABECIN (Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação): <http://www.abecin.org.br/portal/>

8.1.3 Governamentais

8.1.3.1 MEC (Ministério da Educação): <http://portal.mec.gov.br/index.php>

8.1.3.2 Biblioteca Nacional: <http://www.bn.br/portal/>

8.1.3.3 IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia): <http://www.ibict.br/>

8.1.4 Organizações internacionais

8.1.4.1 IFLA (International Federation of Library Associations): <http://www.ifla.org/>

8.1.4.2 ALA (American Library Association): <http://www.ala.org/>

8.2 Periódicos científicos eletrônicos: <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam>

8.3 Teses e dissertações: <http://bdtd.ibict.br/>

8.4 E-books: <http://livroaberto.ibict.br/>; <http://www.culturaacademica.com.br/>;
<http://ebook.abecin.org.br/>

8.5 Blogs: <http://blogdabn.wordpress.com/>, <http://blog.crb6.org.br/>,
<http://crb10.blogspot.com.br/>

8.6 Bases de dados: <http://www.brapci.ufpr.br/>

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As fontes de informação eletrônica estão presentes cada vez mais em nossa sociedade, seja no meio acadêmico seja no ambiente profissional. Isto pode ser dito tanto em variedade de fontes quanto em quantidade de informações disponíveis nessas fontes. Cada vez mais, informações que antes existiam apenas em formato impresso, hoje já existem em meio eletrônico. E outras fontes já nasceram nesse formato.

Porém, identificar, localizar, descobrir a existência e acessar informações relevantes torna-se um problema crítico, demandando um tempo excessivo aos usuários. É necessário que haja seleção e avaliação dessas fontes, para que o usuário não se perca em meio a tantas informações e descobertas.

Por meio desse trabalho, foi possível conhecer um pouco desse universo tão amplo e interessante. No entanto, foram abordados apenas alguns tipos de fontes. Em relação à avaliação de fontes eletrônicas, os critérios mostraram-se bastante abrangentes e relevantes para serem aplicados para este tipo de fonte.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucas Veras de. TERESINA: um estudo sobre o profissional bacharel em biblioteconomia. **Biblionline**, v. 6, n. 2, p. 108-115, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/issue/view/578/showToc>>. Acesso em: 16/03/2014.

ARAÚJO, Luciana Vieira de. **Glossário da FCI** (Faculdade de Ciência da Informação). Disponível em: <<http://fci.unb.br/index.php/glossario>>. Acesso em: 16/03/2014.

ARAÚJO, Wagner Junqueira et al. Elementos tecnológicos de edição, manipulação e uso dos livros digitais. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 23, n. 1, p. 13-25, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/issue/view/1143/showToc>>. Acesso em: 16/03/2014.

ARRUDA, Susana Margaret de. **Glossário de Biblioteconomia e Ciências Afins**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

ASSOCIAÇÃO Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ciência da Informação. **Portal de Eventos da ANCIB**. Pesquisa por grupo de trabalho do ENANCIB. Acesso em 19 mar. 2014.

BASTOS, Vanja Nadja Ribeiro et al. Periódicos: o gerenciamento da coleção frente às novas tecnologias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13., 2004, Natal. **Anais...** Disponível em: <http://www.ndc.uff.br/textos/vanja_periodicos.pdf>. Acesso em: 16/03/2014.

BENÍCIO, Christine Dantas; SILVA, Alzira Karla Araújo da. Do livro impresso ao *e-book*. **Biblionline**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/580>>. Acesso em: 16/03/2014.

BRASIL. Lei n. 4.084 de 30 de junho de 1962. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 jun. 1962.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundação Capes**: base de dados cursos de pós graduação. Pesquisa por área de avaliação. Acesso em 19 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sistema e-mec**: base de dados cursos de graduação. Pesquisa avançada por curso de Biblioteconomia em atividade. Acesso em 19 mar. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Dados e estatísticas**: banco de dados Classificação Brasileira de Ocupações. Pesquisa por profissionais da informação. Acesso em 19 mar. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Dados e estatísticas**: banco de dados Classificação Brasileira de Ocupações. Pesquisa por profissionais da informação - descrição. Acesso em 19 mar. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Dados e estatísticas**: banco de dados Classificação Brasileira de Ocupações. Pesquisa por profissionais da informação - áreas de atividade. Acesso em 19 mar. 2014.

BRIGIDI, Fabiana Hennies. **Fotografia**: uma fonte de informação. 2009. 71 f. Monografia (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/18712>>. Acesso em: 16/03/2014.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Organizações como fonte de informação. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette, Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 35-48.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Teses e dissertações. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette, Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 121-128.

CENDÓN, Beatriz Valadares. Serviços de indexação e resumo. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette, Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 217-248.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DZIEKANIAK, Gisele Vasconcelos et al. Considerações sobre o e-book: do hipertexto à preservação digital. **Biblos**, v. 24, n. 2, p. 83-100, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/biblos/issue/view/300/showToc>>. Acesso em: 16/03/2014.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à biblioteconomia**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LOPES, Roseane Regina Velho. Acesso a bases de dados em linha e em CD-ROM: algumas considerações sobre a sua implantação em países em desenvolvimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 217-219, jul./dez. 1991. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/issue/view/61/showToc>>. Acesso em: 16/03/2014.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando. Acesso unificado às teses eletrônicas brasileiras. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 13, n. 1, p. 1-24, 2003. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/issue/view/16/showToc>>. Acesso em: 16/03/2014.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científica e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette, Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 21-34.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O periódico científico. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette, Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p. 73-96.

OLIVEIRA, Marlene de (org.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RECUERO, Raquel da Cunha. Weblogs, webrings e comunidades virtuais. **Revista 04n0tFound**, Bahia, v. 1, n. 31, ago. 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-weblogs-webrings-comunidades-virtuais.pdf>>. Acesso em: 16/03/2014.

RODRIGUES, Catarina. **Blogs: uma ágora na net**. 2004. Disponível em: <<http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/>>. Acesso em: 16/03/2014.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. **Bibliotecários especialistas**: guia de especialidades e recursos informacionais. Brasília: Thesaurus, 2005.

SILVA, Inara Souza da. **Weblog como fonte de informação para jornalistas**. 2006. 100f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

TOMAÉL, Maria Inês (org.). **Fontes de informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2008.

TOMAÉL, Maria Inês; VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **Avaliação de fontes de informação na Internet**. Londrina: Eduel, 2004.

ANEXOS

Anexo A - Aprovação das diretrizes curriculares para os cursos de Biblioteconomia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de: Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(ES): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

I – RELATÓRIO

Trata o presente de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia remetidas pela SESu/MEC para apreciação da CES/CNE.

A Comissão constituída pelas Conselheiras Eunice Ribeiro Durham, Vilma de Mendonça Figueiredo e Silke Weber analisou as propostas provindas da SESu referentes aos cursos mencionados e procedeu a algumas alterações com o objetivo de adequá-las ao Parecer 776/97 da Câmara de Educação Superior, respeitando, no entanto, o formato adotado pelas respectivas Comissões de Especialistas que as elaboraram. A Comissão retirou, apenas de cada uma das propostas, o item relativo à duração do curso, considerando o entendimento de que o mesmo não constitui propriamente uma diretriz e será objeto de uma Resolução específica da Câmara de Educação Superior, o que foi objeto do Parecer CNE/CES 583/2001.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Comissão recomenda a aprovação das propostas de diretrizes dos cursos mencionados na forma ora apresentada.

Brasília(DF), 03 de abril de 2001.

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Eunice Ribeiro Durham

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).

Sala das Sessões, em 03 de abril de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

ANEXO B - Diretrizes curriculares para os cursos de Biblioteconomia

Diretrizes Curriculares

1 Perfil dos Formandos

A formação do bibliotecário supõe o desenvolvimento de determinadas competências e habilidades e o domínio dos conteúdos da Biblioteconomia. Além de preparados para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, produzir e difundir conhecimentos, refletir criticamente sobre a realidade que os envolve, buscar aprimoramento contínuo e observar padrões éticos de conduta, os egressos dos referidos cursos deverão ser capazes de atuar junto a instituições e serviços que demandem intervenções de natureza e alcance variados: bibliotecas, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural etc.

As IES poderão acentuar, nos projetos acadêmicos e na organização curricular, características do egresso que, sem prejuízo do patamar mínimo aqui considerado, componham perfis específicos.

2 Competências e Habilidades

Dentre as competências e habilidades dos graduados em Biblioteconomia enumeram-se as típicas desse nível de formação.

Gerais

- Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los;
- Formular e executar políticas institucionais;
- Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos;
- Utilizar racionalmente os recursos disponíveis;
- Desenvolver e utilizar novas tecnologias;
- Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação;
- Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres;
- Responder a demandas sociais de informação produzidas pelas transformações tecnológicas que caracterizam o mundo contemporâneo.

Específicas

- Interagir e agregar valor nos processos de geração, transferência e uso da informação, em todo e qualquer ambiente;
- Criticar, investigar, propor, planejar, executar e avaliar recursos e produtos de informação;
- Trabalhar com fontes de informação de qualquer natureza;
- Processar a informação registrada em diferentes tipos de suporte, mediante a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos de coleta, processamento, armazenamento e difusão da informação;
- Realizar pesquisas relativas a produtos, processamento, transferência e uso da informação.

3 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos dos cursos distribuem-se em conteúdos de formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Biblioteconomia e em conteúdos de formação específica, que são nucleares em relação a cada uma das identidades profissionais em pauta.

a) Conteúdos de Formação Geral

De caráter propedêutico ou não, os conteúdos de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos e têm por objetivo o melhor aproveitamento dos conteúdos específicos de cada curso.

b) Conteúdos de Formação Específica

Os conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos programados pelas IES, têm caráter terminal. Constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de bibliotecários.

O desenvolvimento de determinados conteúdos como a Metodologia da Pesquisa ou as Tecnologias em Informação, entre outras – poderá ser objeto de itens curriculares formalmente constituídos para este fim ou de atividades praticadas no âmbito de uma ou mais conteúdos.

Recomenda-se que os projetos acadêmicos acentuem a adoção de uma perspectiva humanística a formulação dos conteúdos, conferindo-lhes um sentido social e cultural que ultrapasse os aspectos utilitários mais imediatos sugeridos por determinados itens.

As IES podem adotar modalidades de parceria com outros cursos para:

- a) ministrar matérias comuns;
- b) promover ênfases específicas em determinados aspectos da carreira;
- c) ampliar o núcleo de formação básica;
- d) complementar conhecimentos auferidos em outras área.

4 Estágios e Atividades Complementares

Mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área, os estágios serão desenvolvidos no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das atividades acadêmicas, sob a responsabilidade imediata de cada docente. Constituem instrumentos privilegiados para associar desempenho e conteúdo de forma sistemática e permanente.

Além disso, o colegiado do curso poderá estabelecer o desenvolvimento de atividades complementares de monitoria, pesquisa, participação em seminários e congressos, visitas programadas e outras atividades acadêmicas e culturais, igualmente orientadas por docentes (de preferência em regime de tutoria) a serem computadas como carga horária.

5 Estrutura do Curso

A estrutura geral do curso de Biblioteconomia deverá ser definida pelo respectivo colegiado, que indicará a modalidades de seriação, de sistema de créditos ou modular.

6 Avaliação Institucional

Os cursos deverão criar seus próprios critérios para a avaliação periódica, em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertence, incluindo aspectos técnico-científicos, didático-pedagógicos e atitudinais.

ANEXO C - Endereços e contatos dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia

CRB-1 Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal

Endereço: CLN 407 Bloco D Loja 30

CEP 70855-540, Brasília - DF

Fone: (61) 3274-0345

Fax: (61) 3347-8158

E-mail: crb1@crb1.org.br

www.crb1.org.br

CRB-2 Pará, Amapá e Tocantins

Endereço: Rua 15 de novembro, 226 sala 1510

CEP 66013-060, Belém - PA

Fone: (91) 3242-8522

E-mail: crb-2@amazonet.com.br

www.crb2.org.br

CRB-3 Ceará e Piauí

Endereço: Avenida Santos Dumont, 1687 salas 207/208

CEP 60150-160, Fortaleza - CE

Fone: (85) 3087-6406

Fax: (85) 3224-3518

E-mail: crb3@crb3.org.br

www.crb3.org.br

CRB-4 Pernambuco e Alagoas

Endereço: Rua Gervásio Pires, 674

CEP 50050-070, Recife - PE

Fone: (81) 3221-2282

Fax: (81) 3076-7129

E-mail: crb4.crb4@gmail.com

www.crb4.org.br

CRB-5 Bahia e Sergipe

Endereço: Rua Miguel Calmon, 40 sala 101

CEP 40015-010, Salvador - BA

Fone: (71) 3322-1330

E-mail: crb5@crb5.org.br

www.crb5.org.br

CRB-6 Minas Gerais e Espírito Santo

Endereço: Av. Afonso Pena, 867 sala 1112

CEP 30130-002, Belo Horizonte - MG

Fone: (31) 3222-4087

Fax: (31) 3224-8355

E-mail: crb6@crb6.org.br

www.crb6.org.br

CRB-7 Rio de Janeiro

Endereço: Av. Rio Branco, 277 sala 710
CEP 20040-009, Rio de Janeiro - RJ
Fone: (21) 2533-3312
Fax: (21) 2240-4425
E-mail: crb7@crb7.org.br
www.crb7.org.br

CRB-8 São Paulo
Endereço: Rua Maracaju, 58
CEP 04013-020, São Paulo - SP
Fone: (11) 5082-1404
E-mail: crb8@crb8.org.br
www.crb8.org.br

CRB-9 Paraná
Endereço: Praça Zacarias, 80 salas 301/303
CEP 80020-928, Curitiba - PR
Fone: (41) 3223-9255
E-mail: crb9@crb9.org.br
www.crb9.org.br

CRB-10 Rio Grande do Sul
Endereço: Rua José de Alencar, 630 sala 401
CEP 90880-480, Porto Alegre - RS
Fone: (51) 3232-2856
Fax: (51) 3232-2880
E-mail: crb10@crb10.org.br
www.crb10.org.br

CRB-11 Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia
Endereço: Rua Saldanha Marinho, 140
CEP 69010-043, Manaus - AM
Fone: (92) 3233-0918
E-mail: crb11@crb11.org.br
www.crb11.org.br

CRB-13 Maranhão
Endereço: Rua da Alegria, 395
CEP 65020-010, São Luís - MA
Fone: (98) 3221-0623
E-mail: crb13ma@yahoo.com.br
www.crb13.org.br

CRB-14 Santa Catarina
Endereço: Rua João Pinto, 30 sala 207
CEP 88010-420, Florianópolis - SC
Fone: (48) 3223-4956
E-mail: crb14@crb14.org.br
www.crb14.org.br

CRB-15 Paraíba e Rio Grande do Norte
Endereço: Rua Miguel Couto, 251 sala 803
CEP 58010-770, João Pessoa - PB
Fone: (83) 3241-2142
E-mail: crb15p@gmail.com
www.crb15.org.br